



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MODALIDADE PROFISSIONAL (PPGE-MP)

ÁREA: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

A RELAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E A AVALIAÇÃO DA
QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

EMELLE RODRIGUES NOVAIS CRUZ

BRASÍLIA, DF
2022

EMELLE RODRIGUES NOVAIS CRUZ

**A RELAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E A AVALIAÇÃO DA
QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a. Adriana Almeida Sales de Melo

BRASÍLIA, DF
2022

EMELLE RODRIGUES NOVAIS CRUZ

**A RELAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E A AVALIAÇÃO DA
QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Comissão Julgadora

Prof.^a Dra. Ana Paula Furtado Pontes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof.^a Dra. Adriana Almeida Sales de Melo
Universidade de Brasília (UnB) / PPGE-MP

Prof.^a Dra. Girlene Ribeiro de Jesus
Universidade de Brasília (UnB) / PPGE-MP

Prof.^o Dr. Remi Castioni
Universidade de Brasília (UnB) / PPGE-MP (Suplente)

Esta pesquisa é dedicada à Deus,
ao meu filho, ao meu esposo,
a minha mãe, e a minha sogra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que em sua infinita misericórdia concedeu-me a oportunidade e sabedoria para fazer parte de um curso de mestrado na Universidade de Brasília.

Agradeço ao meu companheiro, Denison Cruz, pela compreensão e amor, e assim conseguimos juntos organizar nossa rotina familiar de tal forma que eu pude desenvolver esta dissertação. Também agradeço ao meu filho Samuel, que nasceu ao longo desta jornada acadêmica, e mesmo com tão pouca idade soube esperar a mamãe nos momentos de estudo.

Agradeço a minha mãe Graça Novais, e a minha sogra Clair Cruz, por ajudarem a cuidar do meu filho, e assim eu pude me dedicar às disciplinas, leituras e escrita.

Agradeço a minha grande amiga Sheila Perla Maria de Andrade por me incentivar e apoiar desde o processo seletivo para ingresso no mestrado até a defesa da pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Adriana Almeida Sales de Melo, que, com sua sabedoria, paciência e dedicação, acompanhou meu progresso ao longo desta caminhada e contribuiu ricamente com o estudo.

Agradeço às professoras Ana Paula Furtado Pontes e Girlene Ribeiro de Jesus pelas contribuições na qualificação e na defesa da pesquisa.

Agradeço a participação dos professores doutores, e coordenadores dos PPGs analisados nesta pesquisa: Tiago Barros Pontes e Silva, Fabiano José Ferreira de Sant'Ana, Ingrid Tavora Weber, Michéle Dal Toé Casagrande, e José Luiz de Andrade Franco, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço à magnífica reitora, professora doutora Márcia Abrahão, e ao vice reitor, professor doutor Enrique Huelva, por acreditarem e lutarem pela educação pública, oportunizando a abertura das portas da universidade por meio dos cursos de mestrado profissional.

Agradeço às colegas de curso: Karina, Edna, Ederlene, Priscilla, Laydiane e ao colega Rodrigo pelas palavras de incentivo e pelos momentos de diálogo.

Agradeço à gestão da Universidade de Brasília, na pessoa do meu chefe à época, Carlos Vieira Mota, por proporcionar a oportunidade de afastamento para inteira dedicação a esta pesquisa.

Por fim, agradeço aos familiares e amigos que em algum momento desta trajetória deram suas valiosas contribuições e incentivos.

“Educar é crescer. E crescer é viver.
Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”
Anísio Teixeira

RESUMO

O presente estudo analisou a relação dos recursos financeiros direcionados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com a avaliação quadrienal da qualidade realizada pela CAPES, no ano de 2017. Para melhor análise, selecionamos um programa de cada conceito de avaliação, conforme cada área de conhecimento: PPG em Design, da área de Ciências Humanas e Sociais, avaliado com conceito 3 no curso de mestrado; PPG em Saúde Animal, da área de Ciências Agrárias e Florestais, pontuado com conceito 4 nos cursos de mestrado e doutorado; PPG em Química, da área de Ciências Exatas, conceituado com nota 5 nos cursos de mestrado e doutorado; PPG em Geotecnia, da área de Tecnologia, avaliado com conceito 6 nos cursos de mestrado e doutorado; e PPG em Desenvolvimento Sustentável, da área Interdisciplinar, que obteve conceito 7 nos cursos de mestrado e doutorado. A pesquisa é baseada em metodologia qualitativa, utilizando estratégias de investigação de multicasos, sendo realizado o exame das fichas de avaliação dos respectivos programas de pós-graduação da UnB, a verificação da evolução do orçamento desses programas nos exercícios de 2014 a 2017, além de utilizar o recurso de entrevista aos coordenadores desses PPGs. A partir do exame das fichas de avaliação e nos retornos que obtivemos dos coordenadores foi possível identificar a relação do financiamento com as respectivas avaliações da qualidade, sendo verificado que quanto maior o recurso financeiro, melhores são as possibilidades de fomento à pesquisa de qualidade, fato que contribui para a manutenção e/ou melhora do conceito de qualidade do programa. Como resultado, foi elaborada uma nota técnica ao Decanato de Pós-Graduação da UnB com sugestões de ações a serem implementadas nos programas de pós-graduação a fim de contribuir para a progressão dos conceitos de avaliação da qualidade.

Palavras-Chave: Educação Superior; Programas de Pós-Graduação; Universidade de Brasília; Avaliação da qualidade; Financiamento da Educação.

ABSTRACT

The present study analyzed the relationship of financial resources directed to *stricto sensu* graduate programs at UnB with the four-year quality evaluation carried out by CAPES, in 2017. For a better analysis, we selected a program for each evaluation concept, according to each knowledge area: PPG in Design, in the area of Human and Social Sciences, evaluated with concept 3 in the master's course; PPG in Animal Health, in the area of Agrarian and Forestry Sciences, scored with concept 4 in the master's and doctorate courses; PPG in Chemistry, in the area of Exact Sciences, with a grade of 5 in the master's and doctorate courses; PPG in Geotechnics, in the Technology area, evaluated with concept 6 in the master's and doctorate courses; and PPG in Sustainable Development, in the Interdisciplinary area, which received a grade of 7 in the master's and doctorate courses. The research is based on qualitative methodology, using multi-case investigation strategies, examining the evaluation sheets of the respective graduate programs at UnB, verifying the evolution of the budget of these programs in the years 2014 to 2017, in addition to use the resource to interview the coordinators of these PPGs. From the examination of the evaluation sheets and the feedback we obtained from the coordinators, it was possible to identify the relationship between funding and the respective quality assessments, and it was verified that the greater the financial resource, the better the possibilities of promoting quality research, a fact that contributes to the maintenance and/or improvement of the program's quality concept. As a result, a technical note was prepared to the UnB Graduate Deanship with suggestions for actions to be implemented in graduate programs in order to contribute to the progression of quality assessment concepts.

Keywords: Higher Education; Graduate Programs; University of Brasilia; Quality assessment; Education Funding.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição(%) dos Programas por nota (2010))	36
Tabela 2: LOA 2015-2019 – Orçamento anual da UnB (Dotação inicial, sem emendas)	51
Tabela 3: Avaliação UnB_Quadrienal 2017	58
Tabela 4: Matriz de custeio PROAP_Exercício 2017 (R\$ mil reais)	61
Tabela 5: Matriz de custeio PNPd_Exercício 2017 (R\$ mil reais)	62
Tabela 6: Recursos PROAP,PNPD e DPG (2014-2017)	64
Tabela 7: PPG em Design: recursos PROAP e PNPd (2014-2017).....	66
Tabela 8: PPG em Saúde Animal: recursos PROAP e PNPd (2014-2017).....	68
Tabela 9: PPG em Química: recursos PROAP e PNPd (2014-2017)	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento(%) do SNPG (1976-2009).....	35
Gráfico 2: Crescimento(%) do SNPG (2004-2009).....	36
Gráfico 3: Receita prevista na LOA da UnB X Receita arrecadada (2014-2019).....	52
Gráfico 4: Recursos PROAP (2014-2017).....	62
Gráfico 5: Recursos PNPd (2014-2017).....	62
Gráfico 6: Recursos DPG (2014-2017).....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critério de avaliação periódica dos PPGs.....	32
Quadro 2: Ação Orçamentária 20GK.....	50
Quadro 3: PROAP/PNPd: metodologia para definição de valores.....	53
Quadro 4: Quesitos de Avaliação da CAPES.....	58
Quadro 5: Diferenciação das áreas de conhecimento para distribuição dos recursos financeiros	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPES-PrInt – Programa Institucional de Internacionalização

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CTC-ES – Conselho Técnico Científico da Educação Superior

DPG – Decanato de Pós-Graduação

DPO – Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional

DPP – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

FAPs – Fundações de Apoio à Pesquisa

FE – Faculdade de Educação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FPF – Fundo Público Federal

FT – Faculdade de Tecnologia

FUB – Fundação Universidade de Brasília

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MBA – *Master Business Administration*

MEC – Ministério da Educação

NAE – Número de Aluno-Equivalente

OCC – Matriz de Orçamento de Custeio e Capital

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNE – Plano Nacional de Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA – Plano Plurianual
PPGEMP – Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
PPG – Programa de Pós-Graduação
PROAP – Programa Nacional de Apoio à Pós-Graduação
PROEX – Programa de Excelência Acadêmica
PROEXT – Programa de Extensão
PROIC – Programa de Iniciação Científica
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU – Secretaria de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. Procedimentos Metodológicos.....	21
2. Organização do trabalho.....	23
CAPÍTULO 1. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	25
1.1. A qualidade da Educação Superior	25
1.2. A avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	29
CAPÍTULO 2. O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SUAS FONTES ORÇAMENTÁRIAS	38
2.1. O orçamento público e as fontes de financiamento da educação superior	38
2.1.1. O Orçamento Público	38
2.1.2. A Lei Orçamentária Anual (LOA)	39
2.1.3. Fontes de financiamento da educação superior.....	41
2.2. A Universidade de Brasília e suas fontes orçamentárias.....	45
2.2.1. A criação da Universidade de Brasília (UnB).....	45
2.2.2. O orçamento da Universidade de Brasília (UnB)	49
2.2.3. Fontes de financiamento da pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Universidade de Brasília (UnB).....	52
CAPÍTULO 3. A RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COM O RESPECTIVO FINANCIAMENTO	57
3.1. A avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Universidade de Brasília, no ano de 2017	57
3.2. Evolução do financiamento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UnB no quadriênio de 2014 a 2017	60
3.3. A relação da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UnB com o respectivo financiamento.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevistas	85
APÊNDICE 2 – Nota Técnica	86

INTRODUÇÃO

Os processos de ensino e aprendizagem, assim como a pesquisa e as ações com a sociedade, são a razão de ser da Universidade, resultando na indissociabilidade dos seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão, segundo a diretriz da Constituição Federal de 1988¹ e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996². Portanto, é fundamental que a gestão universitária tenha condições de prover e fomentar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, que representam as finalidades da instituição. Nesse sentido, um dos focos da gestão educacional está em organizar os recursos necessários para promover o desenvolvimento profissional e organizacional, constituindo um espaço de formação e aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 preconizam que a educação deve ter por finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, além de prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. Logo, é significativo que a Universidade fomente em seus discentes o desenvolvimento da formação científica e o pensamento reflexivo a fim de que esse discente possa contribuir para a evolução da sociedade brasileira.

A Carta Magna, no artigo 207, garante às Universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Além de ressaltar que é necessário que as Instituições de Ensino Superior (IES) obedeçam ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa maneira, a Universidade precisa ser um espaço de educação e para, além disso, estimular o estudo científico e as atividades de extensão universitária, as quais contribuem para a interação da Universidade com a sociedade, de modo que haja integração entre a ciência, o ensino e as políticas públicas.

A partir da garantia constitucional de autonomia universitária, as Universidades realizam a administração e controle de seus recursos financeiros e patrimoniais, além da gestão didático-científica, inerente a toda instituição educacional.

¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 20.09.2021

² BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 20.09.2021

De acordo com Vahl (1991) a autonomia universitária deve ser garantida sob dois grandes aspectos: o primeiro é a liberdade de pesquisar e ensinar, e o segundo é a garantia das Universidades administrarem e gerirem seus recursos.

Cury (1988) defende que a Universidade deveria ser o “lugar prioritário da produção-transmissão-devolução do saber e a pós-graduação como momento específico e aprofundado da produção do conhecimento” (CURY, 1998, p.67). Para isto, são necessários recursos específicos, dentro do orçamento das Universidades e, também, a “presença da comunidade científica nos órgãos de fomento e nas decisões maiores” (idem, p. 58).

Essa concepção de desenvolvimento da pesquisa e da ciência já estava presente desde 1965, no Parecer Sucupira do Conselho Federal de Educação (Parecer nº 977 CES/CFE/1965), o qual indicava a necessidade de

desenvolver uma política eficaz de estímulo à realização dos cursos pós-graduados [...] esses cursos destinados à formação de pesquisadores e docentes para os cursos superiores, deveriam fazer-se em dois ciclos sucessivos, ‘equivalentes aos de máster e doutor da sistemática norte-americana’, fixando o Conselho ‘as exigências mínimas para sua realização e expedição dos respectivos diplomas’ (CFE, 1965, p. 162).

O Parecer Sucupira destaca que os cursos de pós-graduação teriam como finalidade “conferir à nossa Universidade caráter verdadeiramente universitário [...] e se transformasse em centro criador de ciência e cultura”, mas também que formasse os professores universitários (CFE, 1965, p. 165).

Quanto à pós-graduação no Brasil, segundo alguns autores (GERMANO, 2005; SAVIANI, 2008), essa foi criada, a partir de 1968, como um dos processos de consolidação da Reforma Universitária estabelecida pela Lei nº 5.540/68, trazendo uma perspectiva de fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento de novas tecnologias e trouxe conhecimento aplicado ao crescimento econômico do país, além de atuar, sobretudo, na formação de alto nível.

Na avaliação de Saviani, o modelo americano serviu como referência para a implantação da pós-graduação no Brasil, mas a influência europeia também foi decisiva, uma vez que

a experiência de pós-graduação brasileira resultou, pois, dessa dupla influência: o modelo organizacional americano que foi articulado, no funcionamento efetivo do processo formativo, com o modelo europeu pautado pela exigência do trabalho teórico autonomamente conduzido. Daí termos chegado a um modelo brasileiro de pós-graduação, sem dúvida bem mais rico do que aqueles que lhe deram origem, pois

promoveu a fusão entre uma estrutura organizacional bastante articulada, derivada da influência americana, e o empenho em garantir um grau satisfatório de densidade teórica, decorrente da influência europeia (SAVIANI, 2008, p.310).

Já Cury avalia que “uma das razões do sucesso da política de pós- graduação deve-se a essa continuidade aperfeiçoada, que sempre contou com o fomento do Estado e com o apoio e a participação da comunidade científica” (CURY, 2005, p. 10).

Dessa maneira, a pós-graduação tornou-se uma política de Estado, contando com a efetiva participação dos docentes da pós-graduação, dos pesquisadores e das entidades científicas das diferentes áreas do campo científico-universitário.

Considerando que é na Universidade pública e, em especial, na pós-graduação, que ocorre a maior parte das pesquisas e geração de tecnologia e inovação no Brasil, os órgãos governamentais de Ciência, Tecnologia e Inovação, de fomento à pesquisa e de avaliação da pós-graduação vêm, desde os anos 1970, estabelecendo políticas que colocam a pós-graduação como fator estratégico no processo de desenvolvimento econômico do país.

Nesse contexto, cabe à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, em parte, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o papel de fomentar a política do sistema nacional de pós-graduação, mediante ações e mecanismos que ampliem a produção intelectual dos docentes-pesquisadores dos programas e cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado), visando maior qualidade e excelência dos cursos/programas, bem como a produção de novos conhecimentos para o desenvolvimento nacional.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) destaca que tem que levar em consideração o impacto dos resultados da pesquisa na comunidade acadêmica e na sociedade, bem como orienta que a pós-graduação deve ser avaliada pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa existentes.

No Brasil, o órgão responsável pela avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é a CAPES, que utiliza uma escala numérica de 1 a 7 como conceitos de avaliação dos programas, sendo desautorizados a funcionar os que obtêm conceitos 1 e 2. E aqueles cursos classificados com conceitos 6 e 7 são considerados de

excelência internacional, e representam qualidade máxima para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.³

A CAPES surgiu, em 1951, a partir de uma campanha nacional cujo objetivo era o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. Em 1952 iniciou oficialmente seus trabalhos, avaliando pedidos de auxílios e bolsas junto às universidades e instituições de ensino superior.

Reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* (Decreto nº 86.79/81), a CAPES se tornou, em 1981, uma Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior, o que fortaleceu seu papel. Em 1995, uma nova reestruturação chegou a CAPES, fortalecendo-a como uma instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros.

Na atualidade, a CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros, e suas ações estão agrupadas nas seguintes linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e no exterior; promoção da cooperação científica internacional; e indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e à distância⁴.

A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação foi estabelecida a partir de 1998 e é orientada pela Diretoria de Avaliação/CAPES. A avaliação é realizada atualmente a partir de 49 (quarenta e nove) áreas de avaliação, e segue um conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). É realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*, sendo essa avaliação a atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país.⁵

³ Critério de avaliação válido somente para permanência de programas de pós-graduação.

⁴ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acessado em 12.04.2022

⁵ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acessado em 26.01.2022

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) possui como objetivos a formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino, o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação, e a formação de pessoas qualificadas para o mercado não-acadêmico.

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação é dividido a partir dos processos de entrada e permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO). Esses processos são conduzidos com base nos seguintes fundamentos: reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares; critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo; e transparência das ações, decisões e resultados dos programas.⁶

As avaliações da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecem um incentivo para os cursos que apresentam melhorias a cada ciclo avaliativo, pois quando se obtém uma pontuação mais alta que a anterior no conceito CAPES o programa tem mais prestígio e chances potenciais de obterem maior financiamento.

De acordo com Azevedo e Oliveira (2019), a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* é considerada uma das principais atividades da CAPES, além de ser uma força modeladora nas diferentes áreas de conhecimento, dado que classifica os cursos e tem implicações no maior ou menor volume de recursos direcionados aos mesmos para sua manutenção e desenvolvimento.

Nessa perspectiva, cabe reconhecer que a qualidade educacional, de acordo com Horta Neto (2010), deve ser concebida de modo que se possa ser mensurada, e que a avaliação da qualidade é necessariamente um julgamento.

Assim, a justificativa para o desenvolvimento deste estudo teve início no interesse da pesquisadora em compreender a relação dos recursos financeiros com a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília (UnB). O estudo em tela busca depreender quais as ações utilizadas pelos PPGs para a melhoria da avaliação da qualidade dos programas e consequentemente maiores oportunidades de financiamento.

⁶ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acessado em 26.01.2022

Outro argumento para a apresentação dessa temática se pauta na composição do orçamento das Universidades públicas que, em sua grande maioria, depende exclusivamente de recursos públicos disponibilizados pelo governo para a sua manutenção e investimento na qualidade da educação ofertada aos seus alunos.

Considerando a dimensão do financiamento para o fomento e desenvolvimento da pesquisa, achou-se relevante essa temática a fim de que possa se entender a relação do orçamento com a manutenção e/ou melhora da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília (UnB).

Atualmente, a UnB possui 162 (cento e sessenta e dois) cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento, dos quais 71 (setenta e um) correspondem ao curso de doutorado; 81 (oitenta e um) são cursos de mestrado acadêmico; e 10 (mestrados) são cursos de mestrado profissional, segundo dados do Anuário Estatístico de 2019.⁷

Devido a essa quantidade de programas de pós-graduação da UnB, analisamos a última avaliação quadrienal realizada pela CAPES, realizada em 2017, e selecionamos um programa de cada conceito de avaliação (que variam de 3 a 7), conforme cada área de conhecimento⁸, a fim de verificar a relação dos recursos financeiros direcionados a esses programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com a respectiva avaliação da qualidade:

- Conceito 3: PPG em Design – Mestrado. Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais;
- Conceito 4: PPG em Saúde Animal – Mestrado e Doutorado. Área de conhecimento: Ciências Agrárias e Florestais;
- Conceito 5: PPG em Química – Mestrado e Doutorado. Área de conhecimento: Ciências Exatas;
- Conceito 6: Geotecnia – Mestrado e Doutorado. Área de conhecimento: Tecnologia;

⁷ Informação disponível em: http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:apresentacao-anuario-estatistico&catid=198:anuario-estatistico-2019&Itemid=896. Acessado em 15.07.2021

⁸ Informação disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao>. Acessado em 22.11.2021

- Conceito 7: Desenvolvimento Sustentável – Mestrado e Doutorado. Área de conhecimento: Interdisciplinar

A pesquisa tem como objetivo principal verificar a relação do orçamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com o resultado das respectivas avaliações quadrienais da qualidade dos programas realizada pela CAPES, no ano de 2017.

Para entender esse cenário foi elaborada a seguinte problemática: Qual a relação dos recursos financeiros direcionados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília com o resultado da avaliação da qualidade desses programas?

Nesse ponto de vista, a pesquisa foi conduzida a partir de quatro objetivos específicos, a saber:

1. Apresentar as características da qualidade da educação superior e como os indicadores de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* são utilizados e seus respectivos critérios;
2. Discutir, com foco na UnB, o que é o orçamento público e as fontes de financiamento da educação superior, notadamente o orçamento da UnB e o recurso financeiro da Pós-Graduação *stricto sensu* da UnB;
3. Compreender a relação dos recursos financeiros com o resultado da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB;
4. Elaborar uma nota técnica com sugestões de melhorias que possam contribuir para a evolução do conceito de avaliação da qualidade dos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB.

O primeiro objetivo específico aborda a temática referente à qualidade da educação superior e como os indicadores de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* são utilizados e seus respectivos critérios. Para a compreensão acerca da qualidade da educação superior e os indicadores de avaliação da pós-graduação realizamos uma pesquisa documental no Plano Nacional de Pós-Graduação atual (PNPG 2011-2020) que orienta quanto aos critérios de avaliação da pós-graduação a fim de garantir a qualidade da produção científica. Utilizamos como subsídios o documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), produzido em 1998, e intitulado “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação”, que trata do conceito de qualidade na educação superior; o documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que em 2018 realizou uma avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior cujo propósito foi avaliar a eficiência e a eficácia dos procedimentos de garantia de qualidade da

Educação Superior no Brasil, considerando os níveis de graduação e pós-graduação. Como resultado dessa avaliação foi produzido o relatório denominado “Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil”. Além disso, contribuem para a construção do capítulo alguns autores, como: Dias Sobrinho (2000), Oliveira (2015), Real (2007), entre outros.

O segundo objetivo específico quer mostrar o que é o orçamento público, seu histórico e evolução até o instrumento que temos hoje. Apresentando-se também as fontes de financiamento da educação superior. Relatamos nesse estudo que as Universidades Federais possuem os recursos do Governo Federal como a parte principal de seu orçamento, além de possuírem como fontes de financiamento os recursos próprios, que são aqueles diretamente arrecadados pelas Universidades, e os recursos provenientes de contratos e convênios com organismos públicos e privados (UnB/Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), 2021)

A seguir apresentamos a Universidade de Brasília (UnB), seu histórico de criação, sua organização acadêmico-pedagógica, e sua diretriz constitucional de educação pública e universal. Ademais, esclarecemos como é constituído o orçamento da UnB e o financiamento dos seus programas de pós-graduação *stricto sensu*.

No terceiro objetivo específico trazemos a análise dos indicadores dos programas de pós-graduação da UnB na avaliação da CAPES, realizada em 2017, e a evolução do orçamento dos programas de pós-graduação da UnB nos exercícios de 2014 a 2017. Nesse capítulo demonstramos a relação da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs), realizada pela CAPES em 2017, com os recursos obtidos, de modo que se verifique a relação dos recursos financeiros com o resultado das respectivas avaliações de qualidade desses programas.

Por fim, no quarto objetivo específico, trouxemos uma Nota Técnica direcionada ao Decanato de Pós-Graduação da UnB com sugestões de melhorias advindas dos programas e das respectivas fichas de avaliação cujo objetivo é contribuir para a evolução e/ou manutenção do conceito de avaliação da qualidade dos PPGs da UnB.

1. Procedimentos Metodológicos

Com base em Hernandez Sampieri (2013), essa pesquisa é baseada na metodologia qualitativa, utilizando procedimentos técnicos de estudos de multicase (cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB), e de pesquisa documental dos resultados da avaliação quadrienal da CAPES, realizada no ano de 2017, e da evolução do financiamento dos PPGs da UnB no período de 2014 a 2017.

Utilizamos o recurso de entrevistas (conforme roteiro de entrevistas do Apêndice 1) aos Coordenadores dos respectivos PPGs a fim de investigar junto aos mesmos a relação dos recursos financeiros com a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação ora selecionados para análise.

O emprego da entrevista qualitativa traz a esta pesquisa uma compreensão em maior profundidade acerca da relação do financiamento da pós-graduação com a manutenção e/ou melhora da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Conforme Bauer (2002), a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital no desenvolvimento da pesquisa, além de melhorar a qualidade da interpretação dos dados analisados.

Quanto aos fins, esta pesquisa é exploratória na perspectiva apontada por Vergara (1998), segundo a qual uma investigação é exploratória em áreas nas quais há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Realizando pesquisas no repositório da UnB, no sítio eletrônico do Google Acadêmico e Scielo encontramos estudos sobre o financiamento pós-graduação e/ou da educação superior e referente à avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, porém não foram descobertas pesquisas que trata da relação do orçamento com a avaliação da qualidade da pós-graduação, o que demonstra que há pouca discussão nacional sobre o tema.

A metodologia qualitativa é caracterizada por uma perspectiva mais interpretativa e construtivista. Para Denzin e Lincoln (1994),

a palavra qualitativa implica uma ênfase em processos e significados que não são examinados nem medidos (se chegarem a ser medidos) rigorosamente, em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência (p.4).

A pesquisa qualitativa, como o próprio nome sugere, se baseia principalmente na utilização de dados qualitativos, incluindo a etnografia, a investigação naturalista, os estudos de caso, a etnometodologia, a metodologia de histórias de vida, as aproximações biográficas e a investigação narrativa (Rodríguez et al., 1999).

Bogdan e Bilken (1994) utilizam a expressão pesquisa qualitativa como termo genérico para agrupar diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características, como por exemplo: fenômenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico (Bogdan e Bilken, 1994, p.16).

A metodologia qualitativa baseia-se numa lógica indutiva a partir da observação de fenômenos empíricos e posterior verificação (JANUZZI, 2016), sendo do pesquisador o papel crucial na análise dos dados e informações.

O estudo de caso rege-se dentro da lógica de etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos (Latorre et al., 2003).

Para Dooley (2002), o estudo de caso é utilizado pela maioria dos pesquisadores por ser um método que permite desenvolver teoria, produzir nova teoria, contestar ou desafiar teoria, explicar uma situação, estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, explorar, ou descrever um objeto ou fenômeno (p. 343-344).

Uma das características principais dos estudos de caso é a possibilidade de obter informação a partir de múltiplas fontes de dados. O estudo de caso faz recurso a uma diversidade de formas de recolha de informação, dependente da natureza do caso e tendo por finalidade, possibilitar o cruzamento de ângulos de estudo ou de análise (Hamel, 1997).

A pesquisa de estudo de caso pode incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos, sendo este o adotado neste estudo, que são os cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB selecionados para o estudo de multicasos, quais sejam: Design - Mestrado; Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação – Mestrado e Doutorado; Química – Mestrado e Doutorado; Patologia Molecular – Mestrado e Doutorado; e Desenvolvimento Sustentável – Mestrado e Doutorado.

O critério de seleção dos cinco programas de pós-graduação se deu por conceito de avaliação e área de conhecimento, e conforme se obtinha as respostas dos programas. O intuito de distinção por conceito e área de conhecimento se justifica por conta da matriz de custeio da CAPES, que faz o rateio do financiamento por área de conhecimento, na qual se considera que as áreas do conhecimento têm demandas

diferenciadas em relação ao custeio, pois algumas envolvem mais despesas com insumos de pesquisa, por exemplo. Bem como é estabelecido um valor diferenciado entre os níveis de mestrado e doutorado.

Para a coleta de dados utilizamos o roteiro de entrevistas, conforme modelo contido no apêndice 1, o qual foi encaminhado, via email, aos coordenadores dos programas selecionados nesta pesquisa.

A entrevista é uma das fontes de informação mais importantes e essenciais, nos estudos de caso (Yin, 2005). A entrevista é um ótimo instrumento para captar a diversidade de descrições e interpretações que as pessoas têm sobre a realidade. O investigador qualitativo tem, na entrevista, um instrumento adequado para captar essas realidades múltiplas (Stake, 1999).

As entrevistas semi-estruturadas têm suscitado, segundo Flick (2004), bastante interesse e têm sido de utilização frequente.

Este interesse está associado com a expectativa de que é mais provável que os sujeitos entrevistados expressem os seus pontos de vista numa situação de entrevista desenhada de forma relativamente aberta do que numa entrevista estandardizada ou num questionário (Flick, 2004, p. 89).

O recurso a fontes documentais relacionadas com a temática é uma estratégia básica num estudo de caso. Estas fontes podem ser diversas: relatórios, propostas, planos, registros institucionais internos, comunicados, dossiês, entre outros. A informação recolhida pode servir para contextualizar o caso, acrescentar informação ou para validar evidências de outras fontes. (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010)

Conforme Bauer (2002), a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital no desenvolvimento da pesquisa, além de melhorar a qualidade da interpretação dos dados analisados.

2. Organização do trabalho

Esse trabalho de pesquisa foi estruturado em introdução, seguida de três capítulos e utilizou-se como estratégia de investigação o estudo multicase de cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília (UnB).

Na introdução há a apresentação do tema, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, além da apresentação dos procedimentos metodológicos e a organização do trabalho.

O primeiro capítulo compõe o referencial teórico para o desenvolvimento desta pesquisa. O primeiro tema abordado é a caracterização da qualidade da educação superior e como os indicadores de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, segundo o conceito CAPES, são utilizados e quais são os critérios de avaliação.

O segundo capítulo trata do processo orçamentário na educação superior e as fontes de financiamento da educação superior, notadamente da pós-graduação *stricto sensu* da UnB.

Ainda nesse capítulo é apresentada a Universidade de Brasília (UnB), sua organização acadêmico-pedagógica, além de esclarecer como é constituído o orçamento da UnB e o financiamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O terceiro capítulo traz o desenvolvimento da pesquisa, que é o estudo da relação da avaliação da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* da UnB com o financiamento dos respectivos programas de pós-graduação.

CAPÍTULO 1. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Esse primeiro capítulo é composto pelo referencial teórico desta pesquisa. O primeiro tema abordado é a caracterização da qualidade da educação superior, já a segunda temática trata da avaliação da qualidade da pós-graduação *stricto sensu*, e seu critério de avaliação segundo o conceito CAPES.

1.1 A qualidade da Educação Superior

A qualidade da educação é considerada um dos princípios do ensino brasileiro e a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 206 e 214, ratificam a qualidade como tema central da educação, *in verbis*:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[..]

VII - garantia de padrão de qualidade.

[...]

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

[...]

III - melhoria da qualidade do ensino;

[...]

De acordo com Cabrito (2009),

se o processo de avaliação da qualidade em educação serve para que cada escola (cada aluno, cada sistema) conheça o seu próprio desempenho, a fim de poder, em cada ano, lançar mão das medidas necessárias e possíveis para que aquele desempenho melhore, então a avaliação surge como o instrumento privilegiado para promover a qualidade em educação”. (p. 178-200)

Nos últimos anos, o país investiu em temas essenciais para esse progresso de qualidade educacional. É o caso, por exemplo, do debate em torno do currículo nacional, que é um passo inicial e fundamental. E nesse caminho rumo ao sucesso na qualidade da educação brasileira temos de ter a ciência como nossa aliada.

Conforme o periódico “Educação Baseada em Evidências (CHRISTOPHE; ELACQUA; MARTINEZ; OLIVEIRA, 2015): Como saber o que funciona em educação”, ainda nos falta um sentido de urgência para acelerarmos o passo em direção

ao salto de qualidade que nos levará ao estágio de países como a Finlândia que possui educação de alto padrão.

No que tange à qualidade na educação superior, conforme Cunha (1989a), essa está atrelada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, elucidada na própria Constituição Federal de 1988.

Dias Sobrinho (2000) apresenta que “a noção de qualidade é uma construção social, variável conforme os interesses dos grupos organizados dentro e fora da Universidade” (DIAS SOBRINHO, 2000, p.60).

Conforme estudiosos da área, ao discutir o conceito de qualidade é salutar que as reflexões girem em torno das seguintes problemáticas: “O que é qualidade na educação? Como medir a qualidade da educação? Como operacionalizar o conceito de qualidade da educação? Como integrar, consistentemente, a qualidade da educação nos planos e programas governamentais?” (CAMPOS, 2000, p. 51).

Outra concepção de qualidade é a da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrida em outubro de 1998, na Conferência Mundial sobre Educação Superior. Na ocasião foi produzido o documento intitulado “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação”, que trazia os seguintes termos em seu artigo XI:

a) Na Educação Superior, qualidade é um conceito multidimensional, o qual implica todas as suas funções e atividades: ensino e programas acadêmicos, pesquisa e conhecimento, qualificação profissional, estudantes, edifícios, instalações, equipamentos, serviços à comunidade e ambiente acadêmico. Uma auto-avaliação interna, seguida de uma revisão externa, conduzidas por especialistas independentes, e se possível com credibilidade internacional, são fatores fundamentais para garantir a qualidade. [...];

d) Para obter e preservar a qualidade nos níveis regional, nacional e internacional, determinados fatores são sobremaneira relevantes: seleção criteriosa e contínuo aperfeiçoamento profissional, mobilidade entre países e entre instituições de ensino superior, mobilidade entre essas instituições e o mundo do trabalho, assim como mobilidade nacional e internacional do corpo docente. As novas tecnologias da informação constituem importante instrumento nesse processo, graças a seu impacto na obtenção de conhecimentos teóricos e práticos (UNESCO, 1999a, p. 84-85).

Real (2005) defende a ideia de que “não há uma única qualidade, mas sim um consenso que é construído na medida em que a política educacional formulada conjuga os interesses de setores e grupos acerca dos aspectos a serem alcançados”.

De fato, essa afirmação de Real (2005) é ratificada por estudiosos do tema de qualidade na educação, pois, pelo exposto, evidenciamos que para se garantir a qualidade

educacional é necessário um conjunto de ações integradas e indicadores bem definidos para se chegar ao patamar de alto padrão de qualidade na educação.

Em 2017, o Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), contratou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para realizar uma avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Esse estudo teve por propósito avaliar a eficiência e a eficácia dos procedimentos de garantia de qualidade da Educação Superior no Brasil, considerando os níveis de graduação e pós-graduação.

Conforme o relatório da OCDE denominado “Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil” (INEP, 2018), o país adota um sistema de avaliação de garantia da qualidade para o ensino de pós-graduação que enfatiza a sua análise, feita a cada quatro anos, na expansão das áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação e no desenho do treinamento ofertado aos alunos, negligenciando a produção acadêmica dos discentes e seus resultados. Ainda, a recomendação é que a CAPES utilize mecanismos de avaliação da qualidade do ensino de modo a aperfeiçoar os critérios de análise e se concentrar mais na produção dos alunos e nos resultados obtidos com os respectivos projetos de pesquisa.

Outra recomendação da OCDE (INEP, 2018) é que o Brasil tenha um enfoque maior em produção, resultados e procedimentos internos que fomentem a qualidade do ensino, obtendo como exemplo as instituições de ensino internacionais com comprovada capacidade interna de garantia da qualidade do ensino.

Outro ponto de destaque desse parecer é que a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) não recebe recursos suficientes para realizar a supervisão do sistema de qualidade, além de algumas instituições de ensino superior não focarem muito nas questões relacionadas à qualidade do ensino.

Por outro lado, a equipe da OCDE (INEP, 2018) considerou que o Brasil possui um alto padrão de seleção para o ingresso no sistema acadêmico de pós-graduação, fato que ajuda a elevar o padrão de qualidade do ensino, bem como pode possibilitar uma gestão eficiente do recurso público.

Assim, pelo exposto, podemos compreender que definir e mensurar a qualidade do ensino superior no Brasil é um desafio, uma vez que existem diversas formas de aprendizagem e respectivas avaliações, conforme o programa educacional de cada curso/disciplina. Por esse motivo que o conceito de qualidade da educação é tecnicamente

difícil de definir, pois o que é importante em um programa de pós-graduação pode não ser mensurável em termos de avaliação da qualidade.

Nesse sentido, estudos recentes mostram o esforço das agências internacionais em desenvolver uma compreensão compartilhada de qualidade do ensino superior (CHEA, 2016, p. 48 [9]), de forma que ter uma educação de qualidade seja sinônimo de resultados de aprendizagem que atendem às necessidades dos alunos e da sociedade.

Algumas propostas para proporcionar o ensino superior de qualidade são apresentadas no relatório da OCDE (INEP, 2018), as quais merecem destaque as seguintes:

1. Estabelecimento de tipos de resultados de aprendizagem para os alunos: os programas de pós-graduação (por exemplo) devem estabelecer os objetivos de aprendizagem no nível certo de complexidade para os seus respectivos alunos, com fomento ao desenvolvimento de conhecimento e habilidades;
2. Criação de um ambiente de aprendizado com recursos de aprendizagem, professores qualificados e utilização de métodos de ensino que propiciem a prática do conhecimento adquirido ao longo do curso. (INEP, 2018, p. 55-56)

No que tange a avaliar especificamente à qualidade do ensino de pós-graduação, essa é mensurada a partir de indicadores de insumos, processos e resultados relacionados à pesquisa feita pelos alunos. Ademais, a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação geralmente leva em consideração o desempenho da pesquisa do departamento acadêmico que pertencem e oportuniza aos alunos a participação em conferências e eventos relacionados à respectiva linha de pesquisa, o que eventualmente promove um resultado melhor na avaliação de qualidade externa dos cursos de mestrado e doutorado.

Outras estratégias utilizadas pelo governo para expansão de acesso ao ensino superior e pós-graduação *stricto sensu* e conseqüentemente melhorar a qualidade da educação estão contidas nas metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a saber:

Meta 12: até 2024, aumentar a matrícula bruta no ensino superior para 50% e a matrícula líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, garantindo a qualidade da oferta e com pelo menos 40% de novos alunos matriculados em instituições públicas. As medidas relacionadas incluem: melhoria da infraestrutura, aumento do número de locais de estudo, aumento das taxas de conclusão, oferta de pelo menos um terço das aulas à noite, expansão dos sistemas de apoio aos estudantes e adoção de políticas afirmativas. Em 2017, a taxa bruta de matrícula era de 35% e a taxa líquida era de 23%.

Meta 13: até 2024, elevar a qualidade do ensino superior e aumentar o nível de qualificação de toda a força de trabalho docente em instituições públicas e privadas. Garantir que pelo menos 75% do corpo

docente tenha obtido o grau de bacharel e 35% doutorado. Medidas relevantes incluem: melhorar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incentivar a auto avaliação institucional, expandir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e assegurar que até 2024 três quartos dos alunos respondam corretamente a pelo menos 75% dos itens do exame. Em 2017, 78% do corpo docente possuía mestrado e 40% doutorado.

Meta 14: até 2024, aumentar a participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*. O objetivo é ofertar 60.000 mestrados e 25.000 doutorados por ano. Entre as medidas relevantes, destacam-se: ampliar o apoio financeiro aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, articular a CAPES e as agências estaduais de P&D e ampliar a oferta de pósgraduação *stricto sensu*. Em 2016, 59 600 mestrados *stricto sensu* foram premiados e 20 600 doutores. (BRASIL, 2014)

Já o Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG 2011-2020) destaca que a qualidade da educação tem que levar em consideração o impacto dos resultados da pesquisa na comunidade acadêmica e na sociedade, bem como orienta que a pós-graduação deve ser avaliada pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa existentes. (BRASIL, 2010)

1.2 A avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*

A discussão acerca da qualidade educacional perpassa a da avaliação, uma vez que para avaliar a qualidade é necessário definir critérios e indicadores capazes de estabelecer graus de comparação, pois se considera qualidade um conceito comparativo. A questão central da avaliação é a qualidade, sendo a avaliação uma questão precípua nas medições do ensino superior (DIAS SOBRINHO, 2000).

A qualidade da educação é avaliada por meio de indicadores acadêmicos definidos pelas entidades públicas federais voltadas à educação, como o Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A avaliação é a principal ferramenta da instituição para a implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, e nas noções de responsabilidade social (DIAS SOBRINHO, 2010)

Para além da formação de mestres e doutores no Brasil, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), integrado por cursos e programas de pós-graduação avaliados e

reconhecidos pela CAPES, tem sido responsável, em grande medida, pela produção do conhecimento científico (OLIVEIRA, 2015).

Em termos de mecanismos de avaliação temos a CONAES, que é um órgão consultivo, criado em 2004 com o objetivo de supervisionar a implementação e os métodos utilizados na avaliação organizacional das instituições de ensino superior do país. A CONAES ainda é responsável pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), além de colaborar na definição dos parâmetros curriculares de cada área de ensino. (CAPES, 2017)

A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* iniciou-se em 1978, por meio de comissões de consultores, ou avaliação por pares, conforme denomina Hostins (2006). Essa avaliação foi criada pela CAPES e era realizada com periodicidade bienal.

No começo desse processo avaliativo os conceitos eram alfabéticos, que variavam de “A” a “E”. O conceito “A” significava que o programa de pós-graduação possuía excelência acadêmica, de padrão internacional. Já o conceito “E” caracterizava o programa sem expressão nacional ou regional.

O critério de avaliação da CAPES passou por mudanças ao longo do tempo. No período de 1976 a 1997 vigorou a classificação por escala conceitual alfabética de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A.

A partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7, sendo suspensos os cursos que obtém conceitos 1 e 2 na avaliação; e os cursos considerados de padrão internacional são aqueles classificados com os conceitos 6 e 7, e os cursos 7 ocupando o topo do sistema. Quando foi implantada a escala numérica, a CAPES adotou a sistemática de ratificar os cursos 7, mediante pareceres de consultores internacionais.

Em 22 de março de 2017 foi promulgada a Portaria CAPES nº 59⁹ que dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Nesse sentido, atualmente, a CAPES realiza a avaliação de todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados e em funcionamento nas Instituições de Ensino Superior do país a cada quatro anos, sendo a última realizada em 2017, que corresponde ao interstício de 2013 a 2016.

Um dos objetivos do regulamento da Avaliação Quadrienal, disposto na Portaria CAPES nº 59/2017 (BRASIL, 2017), é contribuir para a garantia da qualidade da pós-

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/legislacao-especifica>. Acessado em 09/02/2022

graduação brasileira, além de identificar os programas que atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido para cada nível de curso.

A Avaliação Quadrienal é classificatória e comparativa entre as diferentes áreas, o que significa que existem diferentes níveis de qualidade de desempenho dos programas em cada área de avaliação, e embora a avaliação considere as especificidades das áreas, pauta-se pelo mesmo conjunto de quesitos e itens avaliativos, de modo a promover a equivalência de qualidade de desempenho entre programas com as mesmas notas nas distintas áreas de avaliação. (BRASIL, 2017)

Conforme a regulamentação da Avaliação Quadrienal da CAPES (Portaria CAPES nº 59/2017), os programas avaliados receberão um nota final na escala de 1 a 7, baseada em conceitos atribuídos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente) a cada item da ficha de avaliação.

A nota 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade para a recomendação do programa ao Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) e a permanência no SNPG. A concessão da nota 4 é alcançada pelos programas que obtiveram o conceito “Bom” em, no mínimo, três quesitos da avaliação. O alcance da nota 5 requer a consecução do conceito “Muito Bom” em pelo menos quatro quesitos. As notas 6 e 7 são conquistadas pelos programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceitos “Muito Bom” em todos os quesitos da avaliação.

O processo de avaliação quadrienal da CAPES é composto por duas instâncias, a primeira são as comissões de avaliação que são responsáveis pela análise dos dados relativos às atividades desenvolvidas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A segunda instância é formada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), o qual delibera sobre os resultados da Avaliação Quadrienal com base nas fichas de avaliação de cada programa, realizando a compatibilização dos resultados propostos pelas diferentes comissões de área de avaliação. (BRASIL, 2017)

O sistema de avaliação da CAPES para os programas de pós-graduação é composto por três eixos, a saber:

1. A avaliação é feita por pares, provenientes de áreas diversas do conhecimento e com notória reputação intelectual;
2. É caracterizado pela natureza meritocrática, levando à classificação dos programas nos campos disciplinares;
3. Define políticas de reconhecimento e estabelece critérios para o financiamento dos programas. (PNPG 2011-2020, p.125)

Como visto no Quadro 1, a avaliação inclui uma revisão da proposta do programa e sua relevância; critérios relativos à equipe; relativos aos alunos, com base em dados quantitativos relatados pelos programas, entre outros. Os dados avaliados estão contidos na plataforma Sucupira. (CAPES, 2017)

Quadro 1 – Critério de avaliação periódica dos PPGs

	Critério	Peso (alcance)
1. Proposta de programa	1.1. Coerência, consistência, integralidade e atualidade dos campos prioritários de pesquisa, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	0
	1.2. Planejamento futuro do programa tendo em conta os desafios do campo do conhecimento em termos de produção de conhecimento, formação, envolvimento social e destinos dos diplomados.	
	1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão / engajamento	
2. Equipe Acadêmica	2.1. Perfil do corpo docente, considerando níveis de qualificação, diversificação na origem da formação, formação contínua e experiência e a compatibilidade destes com a proposta do programa.	10-20 %
	2.2. Adequação e comprometimento de tempo dos professores permanentes às atividades de pesquisa e ao programa de treinamento.	
	2.3. Distribuição de atividades de pesquisa e treinamento entre o pessoal envolvido no programa	
3. Estudantes, teses e dissertações	3.1. Número de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao número de docentes permanentes e ao porte do corpo discente	30-35%
	3.2. Distribuição do foco de teses e dissertações	

	defendidas em relação ao perfil do corpo docente	
	3.3. Qualidade de teses e dissertações e contribuição da produção acadêmica da graduação (se a IES possui cursos de graduação na área) e alunos de pós-graduação para a produção global do programa, medida por publicações e outros indicadores relevantes para o campo.	
	3.4. Eficiência do programa nos alunos de treinamento: tempo gasto para a graduação dos alunos de mestrado e doutorado.	
4. Resultados científicos	4.1. Publicações avaliadas de qualidade pelo membro permanente da equipe.	35-40%
	4.2. Distribuição de publicações com qualidade avaliada em relação ao corpo docente permanente do programa	
	4.3. Produção técnica, patentes e outras saídas consideradas relevantes.	
	4.4. Produtos artísticos, em áreas onde essa produção é relevante	
5. Engajamento social e impacto	5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	10-20%
	5.2. Integração e cooperação com outros programas de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e estudos de pós-graduação.	
	5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo programa ao seu desempenho	

O processo de avaliação de cursos de pós-graduação é contínuo. O curso em funcionamento é avaliado a cada quatro anos, a fim de verificar se as metas propostas no projeto inicial foram plenamente atingidas no âmbito do Programa. Caso contrário, o programa pode ser descredenciado.

Essa avaliação quadrienal proporciona aos programas de pós-graduação uma oportunidade de atingirem padrões mínimos de qualidade, uma vez que uma pontuação inferior a 3 faz com que o programa perca o financiamento da CAPES e a validade nacional de seus diplomas.

As revisões da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda oferecem um incentivo para os cursos que apresentam melhorias, pois ao obterem uma pontuação mais alta que a anterior no conceito CAPES os programas têm mais prestígio e chances potenciais de obterem maior financiamento.

Além disso, a CAPES realiza a avaliação quadrienal dos PPGs com base na classificação das Áreas de Conhecimento (49 áreas de avaliação na última avaliação realizada em 2017). Essa classificação tem o objetivo de proporcionar às IES uma maneira ágil e funcional de sistematizar as informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores.

A organização das Áreas do Conhecimento apresenta uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas nas quais se distribuem as 49 áreas de avaliação da CAPES. Essas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades, quais sejam:

- 1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;
- 2º nível – Área do Conhecimento (Área Básica): conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas;
- 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados;
- 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas.¹⁰

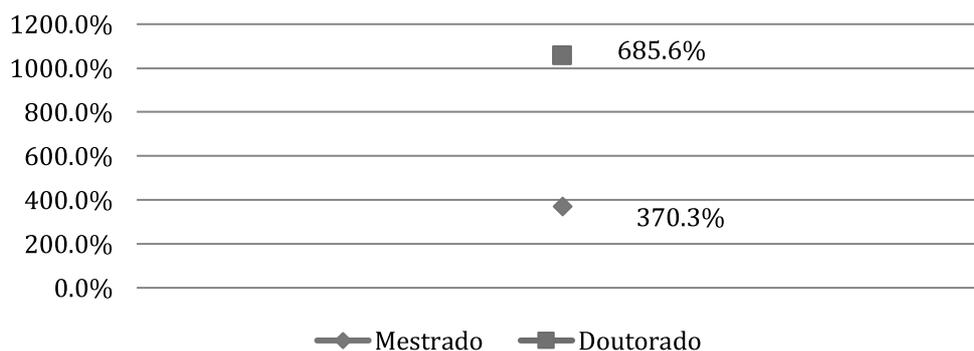
¹⁰ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acessado em 09.02.2022

Nessa temática, pode-se evidenciar que o conjunto de indicadores utilizados nas avaliações quadrienal da CAPES abrange muitas das principais variáveis que contribuem para a oferta de pós-graduação de alta qualidade. A grade de avaliação leva em consideração fatores como a proporção pessoal/aluno, o perfil do corpo docente, o tempo para a graduação, a qualidade das teses e dissertações e suas contribuições para a produção global do programa, por exemplo.

Segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), o sistema nacional de pós-graduação tem evoluído em curva ascendente em relação ao número de cursos recomendados pela CAPES e habilitados ao funcionamento. Isso significa dizer que as avaliações dos programas de pós-graduação são satisfatórias.

A título de exemplo, como apresentado no gráfico 1, houve no Brasil um crescimento de 370,3% nos cursos de mestrado acadêmico, e nos cursos de doutorado acadêmico houve um aumento ainda maior de 685,6%, entre os anos de 1976 a 2009.

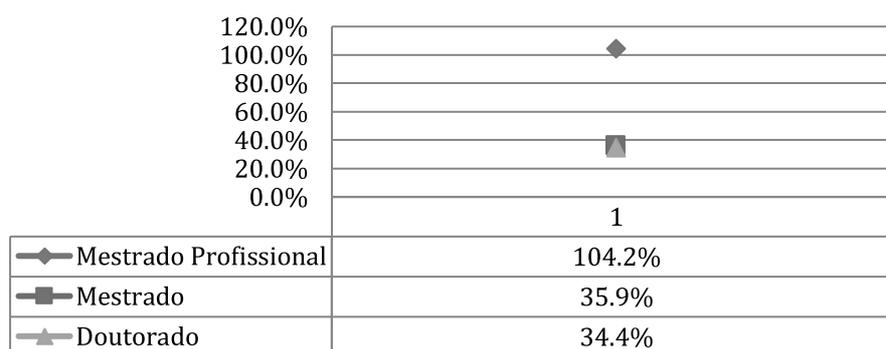
Gráfico 1: Crescimento(%) do SNPG (1976 – 2009)



Fonte: CAPES, 2011

Já no gráfico 2 verifica-se que, entre os anos de 1976 e 2009, houve um crescimento de 104,4% no número de cursos de mestrado profissional, uma elevação de 35,9% no número de cursos de mestrado acadêmico, e um aumento de 34,4% no número de cursos de doutorado.

Gráfico 2: Crescimento (%) do SNPG (2004 – 2009)



Fonte: CAPES, 2011

O mestrado profissional passou a ser avaliado no ano de 2004, assim, é possível evidenciar no gráfico 3 que essa modalidade de pós-graduação *stricto sensu* apresentou uma expansão de 104,2% no número de cursos, no período de 2004 a 2009. Enquanto que, no mesmo período retro mencionado, o doutorado obteve um crescimento de 34,4% e o mestrado acadêmico comprovou um aumento de 35,9%.

No PNP 2011-2020 consta a análise realizada em 2010 pela CAPES/MEC, a qual demonstrou que as notas 3 e 4 concentram a maior parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil. E os programas com conceito de avaliação 6 e 7 representam uma parcela muito pequena (entre 4% e 8%). Nessa perspectiva, e a partir da tabela 1, podemos inferir que é explícita a necessidade de adoção de políticas educacionais que incrementem o número de programas de pós-graduação com patamares superiores de avaliação, atingindo níveis de excelência na formação dos pós-graduandos brasileiros.

Tabela 1: Distribuição (%) dos Programas por nota (2010)

Conceito	Percentual
1	0%
2	2%
3	32%
4	34%
5	20%
6	8%
7	4%

Fonte: CAPES, 2011

Já os programas com provisão de doutorado que classificam com pontuação 5 (aquela pontuação 'boa' ou 'muito boa') são avaliados com parâmetros adicionais entendidos como indicadores internacionais de excelência. Esses critérios incluem o

montante de financiamento externo para pesquisa atraído pelo programa, o número e a intensidade da cooperação internacional e a proporção de produtos publicados em revistas internacionais.

Sobre a excelência internacional dos cursos de pós-graduação do Brasil, na avaliação quadrienal da CAPES de 2017, 184 programas (correspondente a 5,3% dos programas) alcançaram a pontuação de 7 e 298 (correspondente a 8,6% dos programas) alcançaram a pontuação de 6.

Assim, é evidente a expansão da pós-graduação no Brasil associada ao modelo de avaliação e financiamento criado no âmbito da CAPES. Gozando de legitimidade junto à comunidade científica, a avaliação tem intensificado o trabalho docente e a produtividade intelectual, além de alcançar um desempenho produtivo que coloca o país no cenário competitivo da globalização e da ciência internacional.

CAPÍTULO 2. O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SUAS FONTES ORÇAMENTÁRIAS

Neste capítulo mostramos o que é o orçamento público, as fontes de financiamento da educação superior, além de relatarmos a composição do orçamento da Universidade de Brasília, e o financiamento da pós-graduação *stricto sensu*.

A seguir apresentamos a Universidade de Brasília (UnB), seu histórico de criação, sua organização acadêmico-pedagógica, e sua diretriz constitucional de educação pública e universal.

2.1 O orçamento público e as fontes de financiamento da educação superior

2.1.1 O Orçamento Público

O orçamento abrange a previsão das receitas e a fixação de despesas para determinado exercício. Dentre os princípios básicos de orçamento, destacam-se o princípio da anualidade (o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal) e o princípio do equilíbrio (as receitas e despesas de um período devem ser equivalentes).

O orçamento público possui o papel de atuar como instrumento da ação governamental a fim de viabilizar a formulação de políticas públicas. Ainda, tem como finalidade gerenciar e controlar as receitas e as despesas anuais de um órgão público, controlando a aplicação dos recursos públicos. Para esse controle e monitoramento são usadas diversas técnicas e metodologias específicas, identificando as ações a serem realizadas, planejando os gastos para determinada ação dentro do período de um ano, uma vez que o orçamento é renovado anualmente. (ABREU e CÂMARA, 2015)

A partir dos anos 1980 o Estado brasileiro passou a adotar medidas para reverter a concentração dos recursos públicos no governo central (União), de modo que os Estados e Municípios passaram a adquirir autonomia financeira.

A Constituição Federal de 1988, com o objetivo de organizar os instrumentos de planejamento e orçamento do Estado, criou o Plano Plurianual (PPA) que é o macro planejamento orçamentário de médio prazo contendo os planos e prioridades do governo para o quadriênio seguinte. Além de estabelecer que as finanças públicas, incluindo todas as receitas e despesas, devem estar contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o orçamento propriamente dito e aloca recursos para os compromissos públicos de um

exercício financeiro. Por último criou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que faz a coordenação entre o PPA e a LOA.

Dessa forma, podemos inferir que o modelo constitucional definiu três instrumentos de ação pública, cujo objetivo é organizar a atuação do Estado, do ponto de vista orçamentário, no médio e curto prazo de forma integrada.

Giacomoni (2010) afirma que o orçamento público serve como instrumento de controle, tanto do legislativo sobre o Executivo, como deste sobre suas próprias unidades integrantes. Essa definição atua no sentido de instrumento de controle e fiscalização dos poderes estatais.

Já Abreu e Câmara (2015) definem orçamento público como um instrumento estruturante das ações governamentais, de suma importância para o estudo de decisões em políticas públicas, estabelecendo uma forte correlação entre as ideias centrais dos governantes e gestores públicos, trazendo impacto para toda a administração pública, possuindo duas dimensões: econômica e política.

Após apresentadas algumas definições para orçamento verifica-se que não há um conceito único. É no orçamento público que se traduzem as estratégias governamentais, sejam elas financeiras, políticas, gerenciais ou econômicas. Em suma, o orçamento adapta-se às necessidades da sociedade, exigente de cada vez mais transparência com os gastos do governo.

2.1.2. A Lei Orçamentária Anual (LOA)

O orçamento público é regido pela Lei Complementar nº 4.320 de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964) e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), nestes dispositivos legais estão descritas diversas regras que devem ser seguidas nas entidades públicas no que abrange a Lei de Orçamento. A importância do orçamento público pode efetivamente garantir um planejamento de metas e prioridades, é através deste meio que os gestores planejam e executam as finanças públicas dentro de um ano.

A Lei de Orçamento é baseada em diversas normas, com a finalidade de se fazer cumprir a lei, conforme a Lei 4.320/1964, Art. 2º:

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios de unidade, da universalidade e da anualidade.

O princípio da Unidade estabelece que o orçamento deva ser único, devendo existir somente um orçamento para cada exercício financeiro. Segundo Kohama (2008, p.41), “os orçamentos de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e que se ajuste em um método único”.

Já o princípio da Universalidade exige que o orçamento contenha todas as receitas e despesas previstas para o ano subsequente. Dessa forma, qualquer receita ou despesa que se queira acrescentar no orçamento precisa necessariamente do aval do Poder Legislativo.

Por fim, o princípio da Anualidade determina que o orçamento seja autorizado por um determinado período de tempo, que em nosso país corresponde a um ano civil. Nesse sentido, podemos dizer que os princípios orçamentários tornam o orçamento mais transparente e de fácil compreensão, o que facilita o controle, a avaliação e principalmente a gestão dos recursos.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é utilizada, em diversos órgãos públicos, como uma ferramenta de gestão, na qual são estabelecidas ações de planejamento para a utilização dos recursos a fim de obter resultados futuros positivos.

O orçamento público é uma lei de iniciativa do Executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício; tendo como base o plano plurianual e elaborado respeitando-se a lei de diretrizes orçamentárias aprovada pelo Poder Legislativo. E seu conteúdo básico contém a estimativa da receita e a autorização (fixação) da despesa (Slomski 2013, p. 304).

O orçamento é válido para todas as esferas de governo, federal, estadual e municipal. É uma lei anual cujo conteúdo contém as receitas e despesas que devem ser executadas durante esse período. O que não estiver previsto dentro do orçamento não pode ser executado. A LOA, o PPA e a LDO devem estar com suas metas e objetivos compatíveis (SOSTMEIER, 2012; FEIJÓ, 2015).

Ainda, é pertinente destacar que o orçamento percorre diversas etapas, que vão desde o surgimento do projeto de lei até o acompanhamento e avaliação da execução por partes dos controles interno e externo. Essas etapas são denominadas de ciclo orçamentário.

O ciclo orçamentário é dividido em: elaboração, apreciação, votação, sanção, publicação, execução, acompanhamento e avaliação. A elaboração é de competência do Poder Executivo, e nessa primeira etapa devem ser definidas as unidades orçamentárias e a proposta do orçamento. Após, será consolidada e formará um único projeto de lei. Ato contínuo, o Poder Executivo encaminha esse projeto de lei orçamentária anual ao Poder Legislativo.

A apreciação e a votação na esfera federal são de competência do Congresso Nacional, o qual cabe discutir, votar, alterar e, se for o caso, aprovar o texto normativo para posterior vigência como lei após concordância (sanção) e publicação por parte do Chefe do Executivo.

A execução da LOA passa a valer a partir do início do exercício financeiro. Assim, cada órgão e entidade pública deverão lançar no respectivo sistema de contabilidade o seu orçamento para que seja possível a emissão de empenhos, liquidações, emissão de ordens bancárias, registros de arrecadação, entre outros recursos financeiros.

O acompanhamento e avaliação da execução do ciclo orçamentário devem ser realizados pelo Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas (TCU para a União e TCE para os Estados e Municípios).

A avaliação da execução orçamentária é obrigação tanto do Poder Executivo, por parte de seus órgãos internos de controle, quanto de cada órgão executor do orçamento, e também do Poder Legislativo, conforme diretriz constitucional. Este, por meio do auxílio do Tribunal de Contas, deve verificar a legalidade dos atos orçamentários, a regularidade das contas, além da eficiência e eficácia do planejamento e da execução orçamentária (PERES, 2008).

2.1.3. Fontes de financiamento da educação superior

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. Sendo um dever do Estado e da família e tendo a colaboração da sociedade, conclui-se que o seu financiamento pode se efetivar pelos recursos constantes do Fundo Público, que é estatal.

Ainda, temos na nossa Carta Magna as garantias de que a educação deve ser ofertada em igualdade de condições de acesso e permanência na instituição de ensino, a gratuidade do ensino público e o direito à educação ao longo da vida. Em suma, a educação deve ser universal e pública a todos os brasileiros.

O Ministério da Educação (MEC) é o organismo responsável pela coordenação do ensino superior brasileiro, cabendo-lhe o controle normativo do sistema, o financiamento de instituições de ensino superior pública federal (IES) e a fiscalização e avaliação tanto destas últimas quanto das instituições privadas.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são partes fundamentais da estrutura de nível superior brasileiro, movimentando, somente para o seu custeio com pessoal, recursos da ordem de centenas de milhões de reais anuais. Incluindo pessoal, as cifras atingem bilhões de reais, sem contar o valor incalculável do patrimônio sob responsabilidade direta daquelas instituições. (Marinho & Façanha, 1999)

Corbucci (2003) destaca que as Universidades Federais têm buscado alternativas variadas de captação de recursos como forma de complementar o orçamento do Tesouro. A prestação de serviços, a comercialização de bens e os projetos de cooperação têm sido formas bastante utilizadas na geração de receitas por essas instituições.

As IES públicas são financiadas com recursos financeiros do Fundo Público Federal (FPF) que contém os impostos e taxas pagos pela população. O FPF é responsável por financiar programas governamentais relacionados à educação, saúde, saneamento, habitação, assistência social, salário-desemprego, bolsa-família, subsídios à agricultura e à instalação de indústrias, juros subsidiados às empresas privadas, encargos, entre outros.

O financiamento da educação brasileira é previsto em lei para todas as esferas do governo, correspondendo a um percentual mínimo obrigatório. Como o ensino oferecido pelas IFES é gratuito, o Governo Federal é o principal financiador da manutenção destas instituições restando, porém, uma pequena parcela de recursos arrecadados pela própria instituição, sendo este último fruto dos esforços da unidade em complementar o orçamento para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Constituição Federal de 1988 preconiza em seu artigo 212 que a União destinará anualmente à educação superior pública no mínimo 18% da receita resultante de

impostos, excluídas as transferências para as outras esferas administrativas (BRASIL,1988).

As fontes de recursos são divididas em recursos do Tesouro, recursos diretamente arrecadados ou próprios e recursos provenientes de contratos e convênios com organismos públicos e privados. Essas fontes de recursos são divididas em determinados grupos de receitas e seguem uma destinação legal para cada tipo de gasto. Assim sendo, é necessário individualizar essas fontes de recursos de modo a evidenciar sua aplicação conforme a determinação legal.

A classificação de fontes de recursos consiste de um código de três dígitos. O primeiro indica o Grupo de Fonte de Recursos, que especifica se o recurso é ou não originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Os dois dígitos seguintes especificam, dentro de cada grupo de fontes, as diferentes fontes dos recursos que sejam compatíveis com o respectivo grupo de fontes (MORGADO, 2011). A origem ou fonte dos recursos é variada, concentrando-se nas seguintes:

- Fonte 100 – Recursos Ordinários
- Fonte 112 - Refere-se aos 18% da receita tributária líquida da União que devem ser destinados pelo governo federal à educação. Os principais componentes desta receita são o Imposto de Renda e o IPI.
- Fonte 113 e 213 - Referem-se aos recursos do salário educação e ao produto de sua aplicação financeira. A origem destes recursos é uma contribuição de 2% sobre a receita bruta das empresas públicas e privadas.
- Fonte 250 - Constituem os recursos próprios diretamente arrecadados pelos órgãos da administração indireta do MEC, especialmente pelas IFES.

Em termos de divisão dos recursos destinados à educação, 92% são destinados à educação pré-primária e escolar e são administrados por governos regionais e locais. Cerca de 80% dos fundos públicos são para o ensino superior e são geridos pelo governo federal. Os restantes 20% são geridos principalmente pelos governos estaduais (OCDE, 2018).

O Ministério da Educação repassa orçamentos operacionais para instituições federais de ensino superior anualmente, com base em padrões históricos de despesas atuais e em fórmulas de financiamento para despesas de capital. Universidades estaduais recebem financiamento do governo estadual. Em alguns casos, o repasse de recursos para

cada Universidade está vinculado ao orçamento estadual. Em outros, como o Estado de São Paulo, as Universidades recebem uma parcela específica de impostos estaduais.

A Secretaria de Educação Superior do MEC (SESU) adotou então uma Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários que contempla as despesas de custeio e os investimentos das IFES. Esta Matriz traz em seu contexto a necessidade de diversos indicadores calculados sobre uma base de dados anuais das IFES de caráter acadêmico (MEC, 2005).

Com o objetivo de institucionalizar a alocação dos recursos de custeio e capital de forma a garantir precisão técnica e transparência na distribuição desses recursos foi exarado o decreto presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010 que versa sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária (BRASIL, 2010). O decreto estabelece diretrizes e indicadores de qualidade e produtividade.

A Portaria MEC nº 651 de 24 de julho de 2013 institucionalizou, no âmbito do Ministério da Educação, a Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) como instrumento de distribuição anual dos recursos destinados às Universidades Federais (MEC, 2005). Essa matriz orçamentária tem como principal indicador o “aluno equivalente”, além de incluir indicadores ligados a outras atividades das IFES como: pós-graduação, pesquisa e extensão.

O cálculo para cada IFES é composto por quatro indicadores parciais, referentes às atividades educacionais nos seguintes níveis: graduação; mestrado; doutorado; e residência médica. Assim, a fórmula final do Número de Aluno-Equivalente (NAE) é:

$NAE = NAEG + NAEM + NAED + NAER$, onde:

- NAEG – número de alunos equivalentes na Graduação;
- NAEM - número de alunos equivalentes no Mestrado;
- NAED – número de alunos equivalentes no Doutorado; e,
- NAER – número de alunos equivalentes na Residência Médica.

O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das IFES, nas rubricas referentes ao Orçamento de Custeio e Capital (OCC).

No que diz respeito especificamente à pós-graduação, o orçamento dos Fundos Setoriais, criado por lei, possui uma parcela destinada ao aporte de recursos financeiros

ao sistema nacional de pós-graduação. Nessa orientação, faz-se oportuno destacar que os resultados dos investimentos realizados na pós-graduação são de longo prazo, através da manutenção dos programas de pós-graduação das Universidades.

O SNPG, além do financiamento dos Fundos Setoriais, dispõe dos recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da CAPES, das Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) e demais empresas e entidades de fomento à pesquisa.

As agências de fomento como CAPES, CNPq, FAPs e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), são atores fundamentais no crescimento da oferta de matrículas na pós-graduação e no aumento da participação brasileira na produção científica. (AZEVEDO, 2019)

Por derradeiro, a título de referência acerca do gasto público por aluno em instituições públicas de ensino superior no Brasil, em 2015 o subsídio por aluno, incluindo atividades de pesquisa e desenvolvimento, foi de US\$ 14.261 (quatorze mil, duzentos e sessenta e um dólares), conforme relatório de 2017 da OCDE sobre a qualidade da educação superior no Brasil. Esse custo por aluno está bem próximo do nível de subsídio público em instituições públicas de países da OCDE, como por exemplo, na França (US\$ 14.386 dólares) e nos Países Baixos (US\$ 14.369 dólares). (INEP, 2018)

2.2. A Universidade de Brasília e suas fontes orçamentárias

2.2.1 A criação da Universidade de Brasília (UnB)

Com base nos princípios de universalização e melhoria da qualidade da educação superior foi criada a Fundação Universidade de Brasília (FUB), em 15 de dezembro de 1961, por meio da Lei nº 3.998 de 1961, com o objetivo de criar e manter a Universidade de Brasília (UnB), instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

A Fundação Universidade de Brasília foi idealizada e fruto do trabalho principal de três personagens da história da Universidade: o antropólogo Darcy Ribeiro; responsável pela definição das bases da instituição; o educador Anísio Teixeira; cuja missão fora elaborar o modelo pedagógico institucional, e, por fim, o arquiteto Oscar Niemeyer, cujas ideias resultaram nas formas físicas dos prédios. (UnB, PDI 2014-2017)

A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada em 21 de abril de 1962 e idealizada por Darcy Ribeiro para ser uma instituição de ensino superior autônoma, uma entidade pública e universal. Darcy Ribeiro (1978) escreveu:

A Universidade de Brasília (UnB) foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as Universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo. (RIBEIRO, 1978)

A mais jovem Universidade do Brasil à época tinha como missão fundamental a integração do ensino universitário com os objetivos do desenvolvimento econômico e social do país. (UnB, 1962)

A nova estrutura universitária compreendia uma série de institutos, devotados às letras e ciências, que ministravam cursos básicos em qualquer dos campos do conhecimento humanos, e uma série de faculdades devotadas à formação profissional. Além dos cursos básicos, os institutos foram criados com o objetivo de serem centros de pesquisa e de formação de cientistas e humanistas, no nível de graduação e pós-graduação. (UnB, 2014)

A Universidade de Brasília foi concebida com a intenção de se tornar a melhor experiência educacional da América Latina. Pretendia-se gerar, através dela, uma comunidade de pesquisadores capazes de diagnosticar e oferecer soluções aos problemas da sociedade brasileira. Segundo Darcy Ribeiro, a UnB nasceu como uma fundação, uma Universidade autônoma e se pretendia que nela ninguém fosse discriminado por convicções políticas ou religiosas.

Assim, a UnB já surgia com cursos de pós-graduação, ao lado dos cursos de graduação. Possuía oito Institutos Centrais (Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras e Artes), cada um deles dividido em Departamentos, para os quais se recrutaram jovens professores nas diversas regiões do País.¹¹

A UnB surgiu com uma “organização igual à das Universidades mais modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento do seu país, através do

¹¹ Informação disponível em: http://dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/planodesenvinstitucional/PDI_2018-2022_-_VAtualizada.pdf acessado em 08.07.2021

planejamento econômico e social, da intensificação da pesquisa técnico-científica e da formação de profissionais e técnicos de todo nível”. Foi idealizada unindo o rigor da ciência com a ousadia da arte. A nova Universidade, inteiramente planejada, foi estruturada em bases mais flexíveis, e abriu perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior. (UnB, 1962)

Quanto à organização acadêmico-pedagógica a UnB, à época de sua criação, foi considerada inovadora diante do contexto universitário então existente no Brasil. Tal característica arrojada se dava principalmente por conta do plano orientador da época de criação da Universidade cujas características principais eram as seguintes:

- sistema tripartido relativo à estrutura acadêmico-administrativa da Universidade, composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação), faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface campus-cidade e Universidade-sociedade);
- sistema de ciclos, em que, no primeiro ciclo ou sistema básico, o estudante de graduação (calouro) tinha acesso aos conteúdos básicos e propedêuticos de ciências, humanidades(artes, filosofia e letras) e tecnologia;
- gestão colegiada (as instâncias básicas formadas pelos colegiados, as intermediárias pelas congregações e as superiores pelos conselhos) (UnB, 2014)

Além de evitar a repetição de conteúdos e permitir a mobilidade discente, tratava-se, já naquele momento, de um estímulo à interdisciplinaridade e às “disciplinas de integração”, como eram chamadas as disciplinas do ciclo básico, que contribuem para “uma visão de mundo crítica e problematizadora da realidade”. (UnB, 2014)

Com o passar dos anos a UnB realizou a revisão dos seus processos de formação de forma a manter a excelência acadêmica, científica e tecnológica. Ainda, houve o fortalecimento das decisões colegiadas e a integração social e cultural da UnB com a comunidade externa, princípio que passou a nortear fortemente as experiências acadêmico-administrativas.

A partir da adesão da UnB ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal em abril de 2007, houve uma ampliação significativa do corpo discente, e em consequência a necessidade de expansão da estrutura física e aumento dos custos e investimentos despendidos pela Universidade visando à continuidade na formação de excelência. (UnB, 2014)

Com essa expansão a Universidade ganhou mais três novos campi (Campus UnB Ceilândia, Campus UnB Gama e Campus UnB Planaltina) e a institucionalização do programa de ensino de graduação à distância. Essa descentralização contribuiu para o fortalecimento do compromisso cultural e social da UnB com a cidade em que está localizada, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da região, formando profissionais, desenvolvendo pesquisas de qualidade e tornando-se um agente de atração de investimentos.

Atualmente, em 2022, a Universidade de Brasília é composta por quatro *campi* - Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama -, os quais possuem doze institutos, quatorze faculdades, cinquenta e cinco departamentos, dezessete centros, oito decanatos, quatro secretarias e/ou assessorias, oito órgãos complementares, cinco órgãos auxiliares, dois hospitais veterinários, quatro bibliotecas, e uma fazenda. (UnB, 2021)

Para cumprir sua missão, a instituição oferta cento e trinta e cinco cursos de graduação, noventa e dois programas de mestrado e setenta e dois de doutorado, atuando em todas as áreas do conhecimento (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar)¹².

Em relação a sua atuação, a UnB atua em todas as áreas do conhecimento, que estão distribuídas em nove grandes áreas, tais como: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências humanas, Linguísticas, Letras e Artes, e Multidisciplinar (CAPES, 2017). Tendo os cursos de graduação e pós graduação *stricto sensu* ofertados pelos quatro *campi* da Universidade – Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina.

A Universidade de Brasília é considerada, na atualidade, uma das principais instituições disseminadoras de conhecimento, promovendo ambientes que favorecem o desenvolvimento científico e o progresso econômico. Para tanto, tem dado retorno não só na forma de publicações científicas, mas também em produtos e processos inovadores aplicáveis ao desenvolvimento econômico e social. Bem como, a Universidade tem adotado a inovação como estratégia que se incorpora a sua cultura institucional em busca de resultados atuais e transformadores. (UnB, 2019)

¹² Informação disponível em: http://dpo.unb.br/images/dpl/Relatrio_de_Gesto_2020.pdf, acessado em 02.09.2021

É compromisso da UnB oferecer o ensino, a pesquisa e a extensão com excelente padrão de qualidade. Nesse sentido, a Universidade prima pela constante revisão e aperfeiçoamento das práticas de ensino, dos conteúdos ministrados e das ações desenvolvidas. Esse princípio reafirma uma das missões da Universidade de “ser uma instituição comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica”.¹³

A pós-graduação da Universidade de Brasília está distribuída em dezenas de programas destinados ao mestrado, doutorado, e cursos de especialização. É uma verdadeira imersão ao mundo da pesquisa científica. A UnB possui cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. A pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de mestrado e doutorado, que são abertos a candidatos(as) diplomados(as) em cursos superiores de graduação e ao final do curso o aluno(a) obterá diploma. Já a pós-graduação *lato sensu* é composta por programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration), e possuem carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e ao final do curso o aluno(a) obterá certificado. São cursos abertos a candidatos (as) diplomados em cursos superiores. (UnB, 2014)

2.2.2 O orçamento da Universidade de Brasília (UnB)

A Universidade de Brasília (UnB) tem a maior parte de suas receitas oriundas do orçamento do Governo Federal, orçamento este estruturado por programas e ações orçamentárias. Também possui arrecadação direta, principalmente relacionada a aluguel de bens imóveis, além de taxas de inscrição em cursos de pós-graduação *lato sensu*, prestação de serviços em projetos de extensão, taxas de eventos realizados, receitas de projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento, receitas administrativas, cobranças de custos indiretos, entre outras formas de captação inerentes à área de atuação da Universidade. Além disso, os créditos orçamentários transferidos por meio de Emendas Parlamentares também fazem parte do orçamento da UnB.¹⁴

O orçamento recebido pela UnB, por parte do Governo Federal, é oriundo da matriz de distribuição orçamentária de capital e custeio, conhecida por Matriz OCC, elaborada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esses recursos do Tesouro representam a maior receita orçamentária da Universidade.

¹³ Informação disponível em: <https://unb.br/institucional/a-unb>, acessado em 08.07.2021

¹⁴ Informação disponível em: http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/planodesenvinstitucional/PDI_2018-2022_-_VAAtualizada.pdf, acessado em 04.09.2021

No orçamento recebido do Ministério da Educação (MEC)/Governo Federal, parte dos recursos são oriundos da matriz de distribuição orçamentária de capital e custeio, conhecida por Matriz OCC, elaborada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esses recursos do Tesouro representam a maior receita orçamentária da UnB.

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) dispõe de cinco ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos do Governo Federal na LOA. Nesse sentido, iremos destacar a seguir, a título de exemplo, uma ação orçamentária exclusivamente ligada ao fomento às atividades de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 2: Ação Orçamentária 20GK

	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento das Universidades Federais.
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.
Programa / Ação Prioritária	Educação de qualidade para todos / PAC

Fonte: UnB, 2021

Essa ação orçamentária propicia ao aluno universitário a consolidação do conhecimento com a prática, por meio de atividades que viabilizam a vivência social e a integração entre a UnB e a comunidade em geral; além de estabelecer, por meio do apoio a programas e a projetos acadêmicos e institucionais, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, esses recursos supracitados colaboram com a efetivação de programas como o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), o Inglês sem Fronteiras e os Programas Institucionais vinculados às áreas de Ensino, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, tais como o Programa de Iniciação Científica (PROIC) que abrange o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bem

como o Programa de Extensão (PROEXT) que abrange o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

Os recursos orçamentários da UnB são alocados às unidades por um modelo misto: valores históricos e valores distribuídos por meio de critérios utilizados na Matriz OCC Andifes.

Os valores históricos referem-se ao maior valor recebido pelas unidades em anos anteriores, considerando o somatório total de recursos que a unidade recebia. Na matriz Andifes, são consideradas duas dimensões, uma de aluno equivalentes - com peso de 90% - e um parâmetro de eficiência e eficácia com peso de 10%. No Cálculo de alunos equivalentes, são consideradas variáveis como Quantidades de ingressantes e Concluintes para cursos estabelecidos e Alunos Matriculados para cursos novos, além do Peso do curso (definido pelo MEC, como forma de considerar custos diferentes em áreas distintas), o turno do curso e um fator de retenção, contemplando alunos de graduação, mestrado e doutorado acadêmico e residência. Em relação ao mestrado e doutorado acadêmicos, são considerados também o número de cursos de cada um e os conceitos CAPES de cada curso da Unidade. (UnB, 2019)

Os grupos de despesas da UnB referem-se à Pessoal e Encargos Sociais, ODC (custeio) e Investimento (material permanente, equipamentos e mobiliários). Atualmente, o orçamento de pessoal, benefícios e encargos sociais é de cerca de 85,4% da dotação orçamentária relativa à Lei Orçamentária Anual de 2019, enquanto o aporte de recursos em ODC representa aproximadamente 12,8% e em investimentos alcança apenas 1,8%. (UnB, 2019)

Para melhor compreensão desses percentuais a tabela 2 retrata a evolução do orçamento da UnB no período de 2015 a 2019. A tabela está dividida por grupo de despesas e pelas dotações iniciais da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Tabela 2 - LOA 2015-2019 - Orçamento anual da UnB (Dotação inicial, sem emendas)

Grupo Despesa		Lei Orçamentária Anual - LOA da UnB					
		2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	% 19/15
1	Pessoal	R\$ 1.142.635.399,00	R\$ 1.192.367.977,00	R\$ 1.398.875.502,00	R\$ 1.450.691.650,00	R\$ 1.536.772.937,00	34,50
3	ODC	R\$ 411.975.317,00	R\$ 379.155.920,00	R\$ 208.521.302,00	R\$ 229.929.040,00	R\$ 229.919.502,00	- 55,80
4	Investimento	R\$ 78.792.912,00	R\$ 62.151.493,00	R\$ 54.798.211,00	R\$ 28.211.806,00	R\$ 28.211.806,00	- 35,80
TOTAL		R\$ 1.633.403.628,00	R\$ 1.633.675.390,00	R\$ 1.662.195.015,00	R\$ 1.708.832.496,00	R\$ 1.794.904.245,00	9,90

Fonte: UnB,2021 ¹⁵

Nota: Os valores descritos não têm a aplicação de índices inflacionários.

No gráfico 3 mostramos a receita da LOA prevista em comparação com a receita arrecadada, no período de 2014 a 2017. Conforme os dados apresentados são notórias a desigualdade entre a receita prevista e a arrecadada, bem como percebemos a redução considerável no valor inicial da LOA, a cada ano.

Gráfico 3: Receita prevista na LOA da UnB X Receita arrecadada (2014 a 2019)



Fonte: UnB,2021 ¹⁶

Nesse sentido, nos últimos anos verifica-se que a UnB sofreu restrições orçamentárias em recursos do tesouro, e limitação na utilização da totalidade de recursos próprios arrecadados pela Universidade, prejudicando o planejamento e execução orçamentários. Especificamente no período de 2014 a 2017 (tempo analisado), a redução orçamentária chegou a um decréscimo de 42% (quarenta e dois por cento) no ano de 2017 em comparação ao ano anterior (2016). ¹⁷

2.2.3 Fontes de financiamento da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília

O orçamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB é composto por apoio financeiro ofertado através do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e

¹⁵ Informação disponível em: <http://dpo.unb.br/images/phocadownload/dor/FINAL-06set17-Apresentacao-Publica-3.pdf>, acessado em 04.09.2021

¹⁶ Informação disponível em: <http://dpo.unb.br/images/phocadownload/dor/FINAL-06set17-Apresentacao-Publica-3.pdf>, acessado em 04.09.2021

¹⁷ Informação disponível em: <http://dpo.unb.br/images/phocadownload/dor/FINAL-06set17-Apresentacao-Publica-3.pdf>, acessado em 04.09.2021

do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), conforme os critérios definidos pela CAPES. Esses recursos são recebidos anualmente e controlados pelo Decanato de Pós-Graduação (DPG), e descentralizados aos PPGs seguindo as orientações da CAPES para o exercício financeiro.

Em suma, o DPG realiza a distribuição desses recursos do PROAP e PNPD aos PPGs, e estes, por sua vez, realiza a gestão entre os cursos de mestrado acadêmico e profissional (se for o caso) e doutorado.

O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) foi criado em 2010, por meio da Portaria CAPES nº 64, de 24 de março de 2010, com o objetivo de proporcionar melhores condições para a produção, aprofundamento dos conhecimentos e formação dos alunos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas (IES).¹⁸

A IES participante do PROAP deve manter os programas de pós-graduação *stricto sensu*, avaliados pela CAPES, com nota igual ou superior a 3 (três); ter uma unidade administrativa responsável pela gerência dos recursos do PROAP, no caso da UnB é o Decanato de Pós-Graduação (DPG); bem como assumir a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações estipuladas nos convênios e termos de cooperação firmados com a CAPES.

A metodologia utilizada pela CAPES para definição dos valores de custeio aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) considera no geral os seguintes parâmetros:

Quadro 3: PROAP/PNPD: metodologia para definição dos valores

Critérios	
1. Tamanho do corpo discente	Utiliza-se o maior valor entre a média mensal do número de alunos matriculados e informados na Plataforma Sucupira no ano anterior ao da concessão e o número em janeiro do ano corrente.
2. Diferenciação de nível	Custeio diferenciado para os cursos de mestrado e doutorado, sendo o percentual maior para os cursos de doutorado

¹⁸ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proap>, acessado em 06.07.2021

3. Diferenciação de áreas do conhecimento:	As áreas de conhecimento têm demandas diferenciadas em relação ao custeio em função de áreas que envolvem mais experimentação, manutenção de laboratórios, saídas de campo, entre outras atividades. A divisão das áreas de conhecimento estão classificadas em G1 e G2. As áreas G1 recebem maior valor de custeio por aluno que as áreas enquadradas como G2.
G1	Ciências Agrárias
	Ciências Biológicas
	Ciências da Saúde
	Ciências Exatas e da Terra
	Engenharias
	Multidisciplinar – Biotecnologia, Ciências Ambientais, Materiais, e
	Interdisciplinar (*)
G2	Ciências Humanas
	Ciências Sociais Aplicadas
	Linguística, Letras e Artes
	Multidisciplinar – Ensino e Interdisciplinar (**)
(*) Interdisciplinar G1: Meio Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas.	
(**) Interdisciplinar G2: Sociais e Humanidades.	

Fonte: CAPES, 2017

Ademais, os resultados da Avaliação CAPES incidem sobre a concessão do custeio. Por exemplo, cursos com Nota 4 tem o valor do custeio/aluno superior ao dos cursos de Nota 3, e assim sucessivamente.

Já o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) financia estágios pós-doutorais em PPGs *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela CAPES. Esse programa (PNPD) oferta bolsas de estudo aos PPGs conforme critérios definidos previamente pela CAPES, quais sejam: o desempenho do PPG na avaliação quadrienal, as áreas de apoio estratégico do programa de pós-graduação, a região em que se localiza a IES, entre outros. Os PPGs são responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas.¹⁹

¹⁹ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/pnpd-capes>, acessado em 06.07.2021

O PNPd promove a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, além de estimular sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos PPGs no país.

Em complemento ao PNPd e em forma de incentivo ao melhor aproveitamento da dedicação dos bolsistas, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's), as empresas, os institutos de pesquisa, as IES, as fundações universitárias, as organizações não governamentais e outras entidades interessadas no PNPd, poderão alocar como contrapartida recursos para passagens e diárias, de custeio e de capital para aquisição de máquinas e outros equipamentos, bem como conceder auxílios complementares aos bolsistas.

As bolsas concedidas no âmbito do PNPd consistem em pagamento de mensalidade para manutenção do bolsista, cujo valor será fixado pela CAPES, observada a duração das bolsas. Cada benefício da bolsa deve ser atribuído a um indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento.

A duração das bolsas pode ser de até 12 (doze) meses, e em alguns casos pode ser renovada anualmente até atingir o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

A bolsa do PNPd engloba dois aportes financeiros distintos: a bolsa mensal e o pagamento de recursos de custeio anual. A bolsa mensal consiste no pagamento de mensalidades de R\$ 4.100,00 diretamente ao bolsista. O aporte anual de recursos de custeio iniciou-se no ano de 2014 e destina-se a subsidiar atividades de pesquisa do bolsista, tais como a sua participação em eventos como congressos, encontros e simpósios.

Outra fonte de recurso dos PPGs é o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), no qual, os programas com conceitos 6 e 7, recebem o aporte financeiro diretamente pela CAPES. O controle desse recurso é feito pela coordenação do respectivo PPG. Não há gerência dessa fonte de financiamento por parte do Decanato de Pós-Graduação (DPG), da Universidade de Brasília (UnB).²⁰

O Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) tem o objetivo de manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação com nota 6 ou 7, pertencentes a instituições de ensino público e privado.

²⁰ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proex>, acessado em 07.07.2021

Os PPGs inseridos no PROEX recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas, em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES, quais sejam: concessão de bolsas de estudo, recursos de custeio, fomento para investimento em laboratórios, custeio de elaboração de dissertações e teses, passagens, eventos, publicações, entre outros. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do PROEX são gerenciadas pelas coordenações dos cursos de pós-graduação, que são responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas conforme as orientações da CAPES.

CAPÍTULO 3. A RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COM O RESPECTIVO FINANCIAMENTO

Nesse capítulo demonstramos a relação da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs), realizada pela CAPES em 2017, com os respectivos recursos obtidos pelos PPGs, no período de 2014 a 2017, de modo que se verifique a relação dos recursos financeiros com o resultado da avaliação da qualidade desses programas, realizada a cada quatro anos pela CAPES.

3.1. A avaliação quadrienal da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília, no ano de 2017

A CAPES, a cada quatro anos, avalia os programas de pós-graduação *stricto sensu* do país, resultando dessa avaliação resultados com escala numérica de 1 a 7 como conceitos. Os programas que obtêm conceitos 1 e 2 são desautorizados a funcionar, e os que atingem conceitos 6 e 7 recebem recursos diretamente pela CAPES através do programa PROEX. Os demais PPGs avaliados com conceitos de 3 a 5 estão aptos a perceber recursos dos programas PROAP e/ou PNPD, sendo este último disponibilizado somente a cursos de mestrado e doutorado acadêmicos.

A UnB participa do SNPG e essa inserção é que assegura e mantém a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país. Os objetivos do SNPG são: a certificação da qualidade da pós-graduação e a identificação de áreas estratégicas do conhecimento para orientar ações de criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional. (UnB, 2019)

Os resultados das avaliações são acompanhados em ação conjunta dos PPGs com o DPG/UnB pelos seguintes indicadores: percentual de cursos avaliados com conceito 4/total de cursos avaliados; percentual de cursos avaliados com conceito 5/total de cursos avaliados; percentual de cursos avaliados com conceito 6/total de cursos avaliados. percentual de cursos avaliados com conceito 7/total de cursos avaliados. (UnB, 2019)

Em análise aos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB correspondente à avaliação quadrienal do ano de 2017, conforme dados obtidos na plataforma Sucupira (CAPES, 2017), evidenciamos que 97 (noventa e sete) PPGs acadêmicos e profissionais foram avaliados, cujos resultados foram os descritos na tabela a seguir:

Tabela 3: Avaliação UnB_Quadrienal de 2017

Conceito	Qtde de PPGs	Percentual
2	8	8%
3	18	19%
4	39	40%
5	17	18%
6	10	10%
7	5	5%

Fonte: CAPES, 2022²¹

À vista disso, é notório que os conceitos de qualidade dos PPGs da UnB estão em maior percentual com nota 4 (40%), e os conceitos de excelência internacional ainda representam uma pequena parcela, isto é, 15% dos programas foram avaliados com conceitos 6 e 7.

Quanto aos critérios de avaliação periódica dos PPGs, utilizados pela CAPES na avaliação quadrienal de 2017, quais sejam: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente, tese e dissertações; (4) produção intelectual; e (5) inserção social, realizamos uma compilação dos resultados dos PPGs analisados nesta pesquisa e observamos um resultado positivo, a partir dos dados contidos na Plataforma Sucupira.

Quadro 4: Quesitos de Avaliação da CAPES

PPG	Quesitos de Avaliação	Avaliação Final
Design (Conceito 3)	1 - Proposta do Programa	Muito Bom
	2 - Corpo Docente	Muito Bom
	3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações	Regular
	4 - Produção Intelectual	Bom
	5 - Inserção Social	Regular
Saúde Animal (Conceito 4)	1 - Proposta do Programa	Muito Bom
	2 - Corpo Docente	Muito Bom
	3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações	Muito Bom
	4 - Produção Intelectual	Muito Bom
	5 - Inserção Social	Muito Bom
Química	1 - Proposta do Programa	Muito Bom

²¹ Informação disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/resultados/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017>. Acessado em 27.04.2022

(Conceito 5)	2 - Corpo Docente	Muito Bom
	3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações	Muito Bom
	4 - Produção Intelectual	Muito Bom
	5 - Inserção Social	Muito Bom
Geotecnia (Conceito 6)	1 - Proposta do Programa	Muito Bom
	2 - Corpo Docente	Muito Bom
	3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações	Muito Bom
	4 - Produção Intelectual	Muito Bom
	5 - Inserção Social	Muito Bom
Desenvolvimento Sustentável (Conceito 7)	1 - Proposta do Programa	Muito Bom
	2 - Corpo Docente	Muito Bom
	3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações	Muito Bom
	4 - Produção Intelectual	Muito Bom
	5 - Inserção Social	Muito Bom

Fonte: CAPES, 2022²²

O PPG em Design foi conceituado com nota 3 no curso de mestrado e avaliado nos quesitos 1 e 2 (proposta do programa e corpo docente) como “muito bom”, “regular” nos quesitos 3 e 5 (corpo discente e inserção social), e “bom” no critério 4 (produção intelectual).

O programa em Saúde Animal foi avaliado como “muito bom” nos cinco critérios de avaliação e manteve o conceito 4 de avaliação da qualidade. Assim como o PPG em Química que manteve o conceito 5 e também foi analisado como muito bom nos cinco quesitos de avaliação.

O PPG em Geotecnia, pontuado com conceito 6 de avaliação da qualidade, obteve como resultado final da avaliação a menção “muito bom” em todos os cinco quesitos da avaliação periódica dos PPGs.

Por fim, o PPG em Desenvolvimento Sustentável foi avaliado como “muito bom” nos cinco quesitos de avaliação, obtendo um avanço do programa em todos os itens avaliativos, o que resultou na obtenção da pontuação 7 nos cursos de mestrado e doutorado.

²²

Informação disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.jsf>. Acessado em 08.07.2022

Desta feita, a partir do exposto, é possível observar um resultado positivo na avaliação dos PPGs analisados nesta pesquisa (Design, Saúde Animal, Química, Geotecnia e Desenvolvimento Sustentável) uma vez que a maioria, à exceção do PPG em Design, foram avaliados como “muito bom” em todos os cinco critérios de avaliação.

3.2. Evolução do financiamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília no quadriênio de 2014 a 2017

Nesta seção tratamos da evolução do financiamento (PROAP e PNPD) dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UnB no período de 2014 a 2017, uma vez que o Decanato de Pós-Graduação da UnB (DPG/UnB) não possui informações dos recursos do PROAP e PNPD dos anos anteriores a 2014.

O desprovimento de dados no DPG/UnB dos anos antecedentes a 2014 ocorre devido à alteração de nomenclatura e competências do antigo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) e criação do Decanato de Pós-Graduação (DPG). Na ocasião da alteração do Decanato (2017) alguns dados em formato virtual (planilhas) do antigo DPP foram apropriados pelo DPG, porém, outras informações que estavam em formato físico (papel) foram encaminhadas para arquivamento, o que torna a busca mais dificultosa.

Nesse sentido, a partir dos dados que obtivemos dos recursos PROAP e PNPD (do período de 2014 a 2017), realizamos a análise da relação do financiamento dos PPGs da UnB com a avaliação quadrienal realizada pela CAPES no ano de 2017.

A CAPES, por meio da Diretoria de Programas de Bolsas no País, realiza a concessão de recursos de financiamento dos programas PROAP e PNPD com base na disponibilidade dos recursos orçamentários para o respectivo exercício financeiro. As matrizes de custeio por aluno para os PPGs são estabelecidas após a definição do valor Custeio/Aluno, Área e Nota cujos valores são estabelecidos pela CAPES.

A definição dos valores de custeio destinados aos PPGs considera como parâmetros o tamanho do corpo discente, o valor diferenciado para os níveis de mestrado e doutorado, e a diferenciação de áreas de conhecimento, uma vez que algumas áreas envolvem mais experimentação, manutenção de laboratórios, saídas de campo, entre outras atividades. As áreas G1 recebem maior valor de custeio por aluno que as áreas enquadradas como G2. A distinção das áreas de conhecimento G1 e G2 estão relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 5: Diferenciação das áreas de conhecimento para distribuição de recursos financeiros

G1	Ciências Agrárias
	Ciências Biológicas
	Ciências da Saúde
	Ciências Exatas e da Terra
	Engenharias
	Multidisciplinar – Biotecnologia, Ciências Ambientais, Materiais, e Interdisciplinar (*)
G2	Ciências Humanas
	Ciências Sociais Aplicadas
	Linguística, Letras e Artes
	Multidisciplinar – Ensino e Interdisciplinar (**)
(*) Interdisciplinar G1: Meio Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas. **) Interdisciplinar G2: Sociais e Humanidades.	

Fonte: CAPES, 2017

Após a definição da metodologia de divisão do recurso financeiro, a partir dos parâmetros de Custeio/Aluno e Área/Nota, são definidas as matrizes de custeio para os PPGs apoiados pelo PROAP e/ou PNPd, às quais trazemos como exemplo o exercício de 2017.

O recurso PROAP é destinado aos cursos acadêmicos de mestrado e doutorado com nota igual ou superior a 3 (três) e tem o objetivo de proporcionar melhores condições para a formação dos alunos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Tabela 4: Matriz de custeio PROAP Exercício 2017 (R\$ mil reais)

Nota do Curso	Mestrado		Doutorado	
	G1	G2	G1	G2
3	R\$ 308,00	R\$ 220,00	R\$ 462,00	R\$ 330,00
4	R\$ 385,00	R\$ 275,00	R\$ 577,50	R\$ 412,50
5	R\$ 481,25	R\$ 343,75	R\$ 721,88	R\$ 515,63

Fonte: CAPES, 2017

O recurso PNPd financia estágios pós-doutorais em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela CAPES. O número de cotas de bolsas oferecido varia de acordo com critérios definidos pela CAPES, os quais levam em conta o desempenho do PPG na avaliação quadrienal.

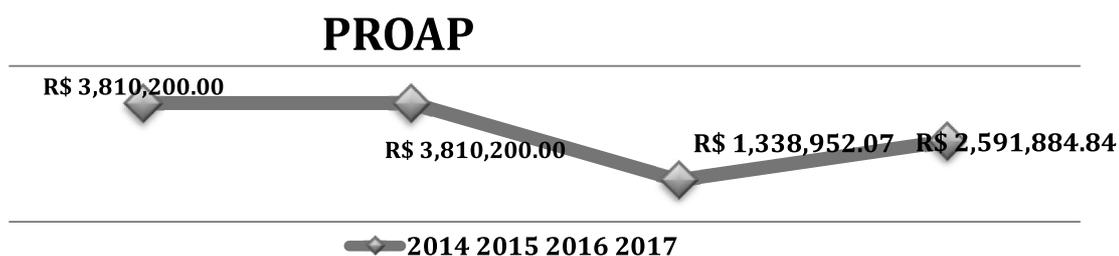
Tabela 5: Matriz de custeio PNPD Exercício 2017 (R\$ mil reais)

Nota do PPG	G1	G2
3	R\$ 1.550,00	R\$ 1.200,00
4	R\$ 2.100,00	R\$ 1.650,00
5	R\$ 2.600,00	R\$ 2.100,00

Fonte: CAPES, 2017

Durante o quadriênio de 2014 a 2017 o aporte financeiro do programa PROAP ofertado aos PPGs *stricto sensu* da UnB somaram um montante de R\$ 11.551.236,91 (onze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e seis reais, e noventa e um centavos). Ainda, aos dividirmos o valor total recebido (R\$ 11.551.236,91) por quatro (correspondente ao quadriênio de 2014 a 2017) temos como resultado a média anual do quadriênio, cujo valor é R\$ 2.887.809,23 (dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e nove reais, e vinte e três centavos).

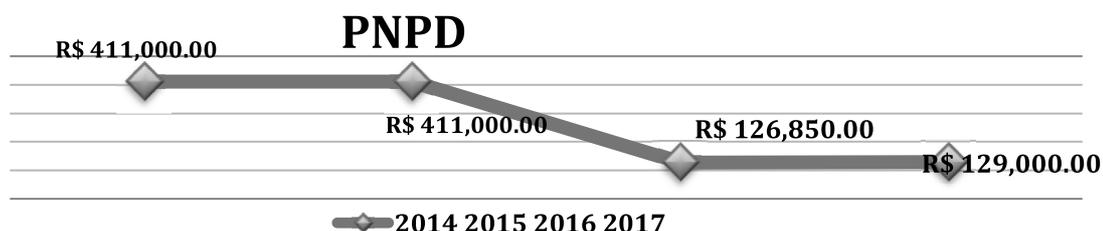
Gráfico 4: Recursos PROAP (2014-2017)



Fonte: UnB/DPG

O programa PNPD oferta bolsas de estágios pós-doutorais em PPGs *stricto sensu* acadêmicos cujos valores recebidos pelos programas de pós-graduação da UnB, durante o quadriênio de 2014 a 2017, somaram um valor de R\$ 1.077.850,00 (um milhão, setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais). E dividindo por quatro esse montante recebido no quadriênio (R\$ 1.077.850,00) obtemos a média anual de R\$ 269.462,50 (duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais, e cinquenta centavos).

Gráfico 5: Recursos PNPD (2014-2017)



Fonte: UnB/DPG

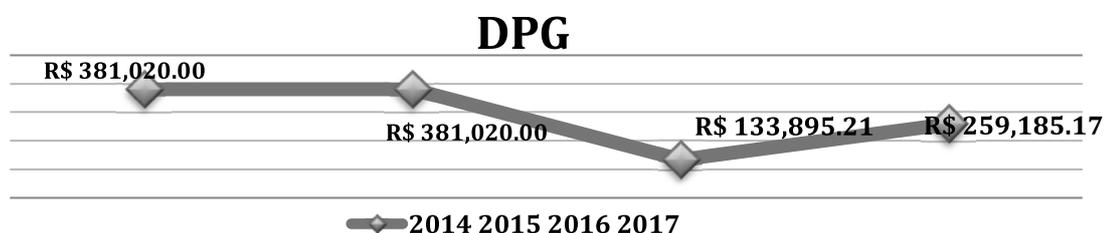
O recurso do PROEX é destinado aos cursos com conceitos 6 e 7 e são recebidos e geridos diretamente pelos Coordenadores dos PPGs. O objetivo desse programa é manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação com notas 6 e 7 a partir da concessão desse aporte financeiro, o qual pode ser utilizado para concessão de bolsas de estudo, publicações, fomento para investimento em laboratórios, entre outras prioridades que o próprio programa estipula.

O financiamento do PROEX não tem uma gestão centralizada, como os recursos PROAP e PNPd que são recebidos pelo DPG/UnB e descentralizados para os programas de pós-graduação. Logo, não temos como mensurar o valor total do recurso recebido pela UnB, durante o quadriênio de 2014 a 2017, através do programa PROEX.

Ademais, a CAPES disponibiliza um recurso financeiro destinado à unidade centralizadora responsável pela gestão do PROAP e PNPd (no caso da UnB é o DPG) para o fomento de atividades de pesquisa e/ou auxílio financeiro ao estudante de pós-graduação. O valor desse auxílio corresponde a 10% (dez por cento) do valor total recebido no ano do programa PROAP.

No período de 2014 a 2017 esse recurso financeiro gerido pelo DPG para o fomento de atividades de pesquisa somou um valor total de R\$ 1.155.120,38 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil, cento e vinte reais, e trinta e oito centavos). Sendo dividido esse valor total por quatro é verificado que a média anual arrecadada durante o quadriênio de 2014 a 2017 foi de R\$ 288.780,10 (duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta reais, e dez centavos).

Gráfico 6: Recursos DPG (2014-2017)



Fonte: UnB/DPG

A partir dos dados acerca da evolução do financiamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB, no quadriênio de 2014 a 2017, podemos perceber a redução dos valores disponibilizados pela CAPES para o fomento de atividades de

pesquisa, fato que afeta, por exemplo, a concessão de bolsas de estudo para mestrado e doutorado.

Tabela 6: Recursos PROAP, PNPd e DPG (2014-2017)

ANO	TOTAL DO ANO	DIFERENÇA DO ANO ANTERIOR (%)
2014	R\$ 4.602.220,00	-
2015	R\$ 4.602.220,00	0%
2016	R\$ 1.599.697,28	-65%
2017	R\$ 2.980.070,01	86%

Fonte: UnB/DPG

Apoiado nos dados acerca da soma dos recursos PROAP, PNPd e DGP/UnB, podemos evidenciar que nos anos de 2014 e 2015 os valores se mantiveram os mesmos, entretanto, em 2016 houve uma redução considerável (aproximadamente 65%), e em 2017 ocorreu um aumento no valor do financiamento (86% de aumento em relação ao ano de 2016), contudo esse valor de 2017 se manteve menor que nos anos de 2014 e 2015. Assim, é perceptível que o recurso de fomento à pesquisa vem sofrendo um decréscimo a cada ano, fato que compromete, por exemplo, as atividades de pesquisa da Universidade.

Por derradeiro, como fica evidente o encolhimento dos valores dos recursos dos programas PROAP e PNPd, pode-se inferir que os recursos do PROEX e das concessões de bolsas de mestrado e doutorado também podem estar sofrendo contingenciamento, uma vez que esses valores são oriundos da mesma fonte que os programas PROAP e PNPd, a saber: a CAPES.

3.3. A relação da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília com o respectivo financiamento

O objeto dessa pesquisa é verificar a relação dos recursos financeiros direcionados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília com a avaliação da qualidade desses programas.

Considerando a dimensão do financiamento para o fomento e desenvolvimento da pesquisa, achou-se relevante esse assunto a fim de que possa se entender a relação do orçamento com a manutenção e/ou melhora da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB.

A UnB, segundo dados do Anuário Estatístico de 2019, possui 162 (cento e sessenta e dois) cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento, desse modo, analisamos a avaliação quadrienal de 2017 realizada pela CAPES e selecionamos um programa de cada conceito de avaliação (que variam de 3 a 7), conforme cada área de conhecimento e se obtinha as respostas dos programas. A distinção por conceito e área de conhecimento se justifica por conta da matriz de custeio da CAPES, que faz o rateio do financiamento por área de conhecimento, na qual se considera que as áreas do conhecimento têm demandas diferenciadas em relação ao custeio.

Definido esse critério, foram escolhidos os seguintes programas de pós-graduação para análise do objeto desta pesquisa: PPG em Design, da área de conhecimento em Ciências Humanas e Sociais, com conceito 3 de avaliação no curso de mestrado acadêmico; PPG em Saúde Animal, da área de conhecimento em Ciências Agrárias e Florestais, com conceito 4 de avaliação nos cursos de mestrado e doutorado; PPG em Química, da área de conhecimento em Ciências Exatas, com conceito 5 de avaliação nos cursos e mestrado e doutorado; PPG em Geotecnia, da área de conhecimento em Tecnologia, com conceito 6 de avaliação nos cursos de mestrado e doutorado; e PPG em Desenvolvimento Sustentável, da área de conhecimento Interdisciplinar, com conceito 7 de avaliação nos cursos de mestrado e doutorado.

Para melhor análise da relação dos recursos financeiros direcionados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com a avaliação da qualidade desses programas foram realizadas entrevistas com os Coordenadores dos PPGs escolhidos. As entrevistas eram compostas por duas questões que procuravam verificar junto aos Coordenadores se eles conseguiam perceber alguma relação do financiamento dos programas PROAP, PNPD e/ou PROEX com o resultado da avaliação quadrienal da qualidade realizada pela CAPES. Ademais, foram questionadas quais foram as ações realizadas pelo PPG que podem ter contribuído para a evolução e/ou manutenção do conceito de avaliação da qualidade.

O Programa de Pós-Graduação em Design, escolhido com o conceito 3 no curso de Mestrado na avaliação quadrienal da CAPES de 2017, da área de conhecimento em ciências humanas e sociais²³, iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2013 com o curso de mestrado acadêmico em Design. Um dos objetivos do programa é

²³ Informação disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao#ciencias-humanas-e-sociais>. Acessado em 26.02.2022

desenvolver pesquisadores em design, possibilitando o desenvolvimento tecnológico, cultural e econômico do país.²⁴

O PPG em Design tem área de concentração em ‘Design, Tecnologia e Sociedade’. Esta área refere-se a estudos teóricos, práticos, históricos, críticos, estéticos e éticos na área do design e sua relação com tecnologia, cultura, educação, governo e sociedade. As linhas de pesquisa do programa são: design, cultura e materialidade; design, informação e interação; e design, espaço e mediações. .²⁵

Na avaliação quadrienal da CAPES, realizada em 2017, o PPG em Design foi avaliado com conceito 3 no curso de mestrado acadêmico. Na Plataforma Sucupira a Comissão de Avaliação ressaltou no parecer que o programa realiza atividades de impacto social e educacional junto a órgãos públicos, bem como apresenta projetos de extensão e pesquisa com foco na educação básica. ²⁶

Em relação ao financiamento, o PPG em Design, no período de 2014 a 2017, recebeu via PROAP e PNPB (ambos programas da CAPES) o valor total de R\$ 49.795,96 (quarenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais, e noventa e seis centavos).

Tabela 7: PPG em Design: recursos PROAP e PNPB (2014-2017)

Ano	PROAP	PNPB	TOTAL
2014	R\$ 19.000,00	R\$ -	R\$ 19.000,00
2015	R\$ 19.000,00	R\$ -	R\$ 19.000,00
2016	R\$ 2.575,96	R\$ 1.200,00	R\$ 3.775,96
2017	R\$ 6.820,00	R\$ 1.200,00	R\$ 8.020,00
MÉDIA DO QUADRIÊNIO	R\$ 12.448,99	TOTAL	R\$ 49.795,96

Fonte: UnB/DPG

A pesquisa do PPG em Design foi respondida pelo Professor Doutor Tiago Barros Pontes e Silva, coordenador do programa.

²⁴ Informação disponível em: <https://ppgdesign°unb.br/institucional/apresentacao>. Acessado em 26.02.2022

²⁵ Informação disponível em: <https://ppgdesign°unb.br/institucional/linhas-de-pesquisa>. Acessado em 26.02.2022

²⁶ Informação disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/viewPreenchimentoFicha.jsf?idFicha=5656&popup=true>. Acessado em 26.02.2022

A primeira resposta referente à relação do financiamento com a avaliação quadrienal da qualidade trouxe o seguinte relato do professor Tiago Barros:

“Considero importante contextualizar que o programa foi criado justamente no início do quadriênio indicado (2014 a 2017), de modo que as primeiras defesas de dissertação e produções decorrentes levaram praticamente a metade do quadriênio para surgirem. Assim, entendemos que obtivemos a nota 3 por termos sido avaliados na totalidade do quadriênio apesar da situação de início das atividades, diluindo-se assim as notas de avaliações quantitativas. Ainda, conforme a tabela apresentada, fica evidente a redução dos recursos destinados ao programa ao longo dos anos, o que dificulta a sua aplicação de forma mais consistente e planejada.

Entendo que há uma relação direta entre a nota do programa e os recursos obtidos, pois ela determina a composição do financiamento adquirido juntamente com outras variáveis, como o número de discentes do programa, por exemplo. Além disso, a nota é um elemento essencial para que seja possível para o programa participar de uma série de ações internas e externas à Universidade, ainda mais considerando-se o período indicado. Essas ações são consideradas fundamentais para o levantamento de novos recursos e para o fomento de produções e articulações institucionais que potencializam a própria avaliação posterior do programa”.

À vista da resposta do professor Tiago Barros, podemos evidenciar a relação do financiamento com a avaliação da qualidade do PPG em Design, pois o recurso financeiro contribui para a melhora do conceito de avaliação do programa. No relato do professor acerca das ações do programa para melhora e/ou manutenção do conceito de qualidade na avaliação da CAPES, ele destaca que o quadriênio da última avaliação da CAPES (2013-2016) foi o período de início do programa, assim, os recursos financeiros foram fundamentais para o envolvimento do corpo docente em pesquisas de qualidade nacionais e internacionais, para a composição de bancas qualificadas, para a realização de um evento relevante para a área (Congresso Internacional de Design de Informação), o qual fez com que o programa se tornasse referência na região Centro Oeste para as pesquisas em design.

Por derradeiro, a partir das respostas do coordenador do PPG em Design e dos dados apresentados referente à avaliação e financiamento do programa, podemos depreender a relação do financiamento com a avaliação da qualidade, uma vez que os recursos financeiros possibilitaram oportunidades de melhora nas atividades de pesquisas do programa, o que refletiu no conceito de avaliação da CAPES.

O Programa de Pós-Graduação em Saúde Animal, selecionado com o conceito 4 nos cursos de mestrado e doutorado na avaliação quadrienal da CAPES de 2017, da área

de conhecimento em ciências agrárias e florestais²⁷, tem como objetivo geral qualificar médicos veterinários e profissionais de áreas afins para geração, aplicação e gestão de conhecimentos na área de saúde animal, visando o desenvolvimento social e econômico e a proteção da saúde e bem-estar do homem e dos animais.²⁸

O PPG em Saúde Animal funciona a partir de duas áreas de concentração, quais sejam: (1) medicina preventiva e patologia preventiva; e (2) clínica médica e cirurgia animal. As linhas de pesquisa da área de concentração (1) são epidemiologia, prevenção e controle de doenças dos animais e gestão dos riscos para a saúde pública; e patologia veterinária. Já as linhas de pesquisas da área de concentração (2) abrangem a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas cirúrgicas, protocolos anestésicos e terapias inovadoras; e os métodos de diagnóstico e tratamento de afecções dos animais domésticos e silvestres.²⁹

Na avaliação quadrienal da CAPES de 2017, o PPG em Saúde Animal obteve conceito 4 nos cursos de mestrado e doutorado. Segundo a ficha de avaliação o PPG apresenta como pontos fortes a inserção regional, tornando-se “referência na formação de recursos humanos e de produção de conhecimentos, colaborando com as melhorias de políticas públicas nas áreas de saúde pública e saúde animal”.³⁰

No período de 2014 a 2017, o PPG em Saúde Animal recebeu, via PROAP e PNPd o valor total de R\$ 178.709,15 (cento e setenta e oito mil, setecentos e nove reais e quinze centavos).

Tabela 8: PPG em Saúde Animal: recursos PROAP e PNPd (2014-2017)

Ano	PROAP	PNPD	TOTAL
2014	R\$ 68.000,00	R\$ -	R\$ 68.000,00
2015	R\$ 68.000,00	R\$ -	R\$ 68.000,00
2016	R\$ 16.371,65	R\$ 2.100,00	R\$ 18.471,65
2017	R\$ 22.137,50	R\$ 2.100,00	R\$ 24.237,50

²⁷ Informação disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao#ciencias-agrarias-e-florestais>. Acessado em 05.04.2022

²⁸ Informação disponível em: <https://www.saudeanimal.unb.br/programa/curso>. Acessado em 21.04.2022

²⁹ Informação disponível em: <https://www.saudeanimal.unb.br/estrutura>. Acessado em 21.04.2022

³⁰ Informação disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.jsf>. Acessado em 21.04.2022

MÉDIA DO QUADRIÊNIO	R\$ 44.677,29	TOTAL	R\$ 178.709,15
---------------------	---------------	-------	----------------

Fonte: UnB/DPG

A entrevista do PPG em Saúde Animal foi respondida pelo professor doutor Fabiano José Ferreira de Sant'Ana, coordenador do programa, o qual foi respondido da seguinte forma:

1. A partir desses recursos financeiros (PROAP/PNPD) você consegue perceber alguma relação desse financiamento obtido pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Animal com o resultado da avaliação quadrienal da qualidade realizada pela CAPES?
Sim. Esse tipo de financiamento ajudou as atividades realizadas pelo programa, mas infelizmente foram insuficientes para atender muitas das nossas demandas e foi um dos fatores que contribuiu para a manutenção da nossa nota de avaliação quadrienal.
2. Quais foram as ações realizadas por esse PPG que podem ter contribuído para a evolução e/ou manutenção do conceito de avaliação da qualidade realizada pela CAPES?
A manutenção da quantidade e da qualidade das publicações dos nossos docentes/discentes em periódicos, especialmente nacionais, foi o principal fator que fez com que ocorresse a manutenção do nosso conceito.

Na resposta da primeira pergunta, referente à relação do financiamento com a avaliação quadrienal da qualidade, podemos perceber pela fala do professor Fabiano de Sant'Ana, que o financiamento dos programas PROAP e PNPD é importante para a manutenção das atividades de pesquisa do programa. Ademais, vimos que o financiamento não foi suficiente para a melhora do conceito na avaliação quadrienal da CAPES.

No que concerne à pergunta sobre as ações que podem ter contribuído para a melhora do conceito de qualidade da CAPES, o professor Fabiano de Sant'Ana descreve como fator contributivo a qualidade e a quantidade de publicações dos docentes e discentes do PPG em periódicos. Fato que é considerado ponto positivo para o programa quando da avaliação de qualidade da CAPES.

O Programa de Pós-Graduação em Química, escolhido com o conceito 5 nos cursos de mestrado e doutorado na avaliação quadrienal da CAPES de 2017, da área de conhecimento em ciências exatas³¹, iniciou suas atividades em 1974 com o curso de mestrado em química, e em 1992 inaugurou o curso de doutorado. A missão do PPG é formar profissionais de alto nível para atuarem na academia, em órgãos públicos de

³¹ Informação disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao#ciencias-exatas>. Acessado em: 27.02.2022

pesquisa e na iniciativa privada, além de contribuir para a produção de conhecimento, inovação e transferência de tecnologia nas diversas áreas de conhecimento da Química.³²

O PPG em Química está organizado em quatro áreas de concentração, a saber: Química orgânica, Química Inorgânica, Química Analítica e Físico-Química, as quais estão divididas nas seguintes linhas de pesquisa: Catálise, Ciência dos Materiais, Métodos de Análise, Estrutura Eletrônica e Modelagem Molecular, Química Ambiental, Química Biológica e Medicinal, Síntese Orgânica, Química de Coordenação e Organometálicos.³³

De acordo com a avaliação quadrienal da CAPES de 2017, ambos os cursos do programa, mestrado e doutorado, atingiram a nota 5. A Comissão de Avaliação da CAPES descreveu o PPG em Química como um “programa muito qualificado e com bom potencial de crescimento”. Além de ressaltar a boa infraestrutura do programa e o planejamento para melhorar a internacionalização.³⁴

Em relação ao recurso financeiro do PPG em Química, no período de 2014 a 2017, o programa recebeu via PROAP e PNPD o valor total de R\$ 496.517,87 (quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e dezessete reais, e oitenta e sete centavos).

Tabela 9: PPG em Química: recursos PROAP e PNPD (2014-2017)

Ano	PROAP	PNPD	TOTAL
2014	R\$ 154.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 171.000,00
2015	R\$ 154.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 171.000,00
2016	R\$ 38.095,57	R\$ 7.800,00	R\$ 45.895,57
2017	R\$ 100.822,30	R\$ 7.800,00	R\$ 108.622,30
MÉDIA DO QUADRIÊNIO	R\$ 124.129,47	TOTAL	R\$ 496.517,87

Fonte: UnB/DPG

A pesquisa do PPG em Química foi respondida pela Professora Doutora Ingrid Tavora Weber, coordenadora do programa. A primeira resposta referente à relação do financiamento com a avaliação quadrienal da qualidade trouxe o seguinte relato:

“O PPGQ possui uma característica que, se não é única, é bastante expressiva. Trata-se de um programa de natureza prioritariamente experimental e “laboratorial”. A manutenção de laboratórios e

³² Informação disponível em: <http://www.ppgq.unb.br/pt/>. Acessado em: 27.02.2022

³³ Informação disponível em: <http://www.ppgq.unb.br/pt/>. Acessado em: 27.02.2022

³⁴ Informação disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/viewPreenchimentoFicha.xhtml?idFicha=5451&popup=true>. Acessado em 02.03.2022

sobretudo de equipamentos de grande porte (ex. Ressonância magnética nuclear, cromatógrafos líquidos e gasosos, difratômetro de raio X, etc.) tem um custo bastante elevado. É necessário a aquisição de reagentes químicos com alto grau de pureza (muitos deles importados), a manutenção de insumos como gases (cilindros de gás e nitrogênio e hélio líquido, por exemplo) e a manutenção das instalações e equipamentos. Muitos destes gastos são indexados em dólar, o que no cenário recente representa um aumento significativo nos custos. Para minimizar os custos, há bastante tempo o IQ e o PPQGQ (juntamente com outros PPG's da UNB) priorizam os equipamentos multiusuários. Notadamente, a Central Analítica do IQ (CAIQ) concentra boa parte dos equipamentos de grande porte, para que seu uso e custos de operação e manutenção sejam otimizados. Desta forma, nos últimos anos os valores do PROAP tem sido integralmente destinados ao custeio da CAIQ e dos equipamentos multiusuários, conforme decisões do colegiado do PPGQ. Desta forma, podemos dizer que a verba do PROAP, não apenas impacta na avaliação quadrienal como tem sido absolutamente necessária para a manutenção do programa. Sem os dados obtidos nestes equipamentos/instalações não seria possível concluir as teses e dissertações, a publicação de artigos e o depósito de patentes. Ou seja, seria inviável a manutenção basal do funcionamento do programa. São exemplos de uso recente destes recursos a compra de peças de reposição para o Analisador de C,H,N, cargas de Hélio Líquido para operação do Ressonância Magnética, a troca do compressor do Ressonância Magnética e a compra de consumíveis para operação dos cromatógrafos (LC-MS e GC-MS). Vale ressaltar que os valores do PROAP não são suficientes para a manutenção de todos os equipamentos multiusuário e os professores do programa estão constantemente buscando outras formas de financiamento para permitir a operacionalidade dos equipamentos e do próprio programa. Apesar disto, no cenário atual, não é incomum termos equipamentos fora de operação por falta de verba para manutenção ou em virtude do prazo de execução do PROAP (tempo para realizar os empenhos ser exíguo)".

Desse modo, pelo exposto pela coordenadora do PPG em Química, a relação do recurso financeiro com a avaliação da qualidade é diretamente proporcional, pois o programa possui características que requerem a utilização constante de laboratórios e experimentos, os quais necessitam de subsídio para o seu desenvolvimento e manutenção.

Como a professora Ingrid Weber descreveu, sem esse aporte financeiro do PROAP e PNPD não seria possível a coleta de dados nos laboratórios e consequentemente o desenvolvimento das linhas de pesquisa do programa.

No que tange às ações realizadas pelo PPG em Química para melhora e/ou manutenção do conceito 5 da CAPES, a coordenadora do programa, professora doutora Ingrid Weber, relatou que a destinação integral dos recursos do PROAP para os equipamentos e instalações de laboratórios multiusuários foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas e manutenção do conceito de qualidade do programa. Bem como os demais professores do PPG em Química têm envidado esforços na

obtenção de outras fontes de financiamento, uma vez que o recurso para bolsas e manutenção da infraestrutura vem sendo sistematicamente reduzidas.

Ademais, a coordenação do PPG em Química fez uma análise detalhada dos dados das últimas avaliações quadrienais a fim de identificar os pontos fortes e fracos do programa, e a partir desse diagnóstico foram realizadas as seguintes ações: (1) mudança na forma de ingresso aos cursos de mestrado com o objetivo de atrair um novo perfil de discentes, buscando atrair estudantes de outros estados do país; (2) alterou as regras de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes à luz do resultado da avaliação quadrienal da CAPES; (3) estímulo à publicação de docentes e discentes em revistas “*Open Access*” (disponibilização livre internet de forma gratuita), que é uma tendência imposta por algumas editoras; (4) valorização das ações de transferência de tecnologia e inovação com base nas novas diretrizes da CAPES na avaliação quadrienal (2017-2021); e (5) fomento à internacionalização do programa através do CAPES-PrInt (Programa Institucional de Internacionalização)³⁵

Portanto, a partir das respostas da professora Ingrid Weber, inferimos que o PPG em Química tem realizado muitas ações para a melhoria do conceito de qualidade do programa. Embora, o financiamento dos programas PROAP e PNPd não seja suficiente para suprir todas as necessidades de investimento do PPG em Química, a coordenação do programa tem trabalhado na captação de outras fontes de financiamento, já que sem recurso financeiro não é possível manter a qualidade das pesquisas desenvolvidas no âmbito do programa.

O Programa de Pós-Graduação em Geotecnia, escolhido com o conceito 6 nos cursos de Mestrado e Doutorado na avaliação quadrienal da CAPES de 2017, da área de conhecimento em tecnologia³⁶, iniciou suas atividades em março de 1989 com o curso de mestrado. Em 1996 foi iniciado o nível de doutorado no programa. O PPG visa a formação de mestres e doutores para atuação acadêmica e/ou profissional em engenharia

³⁵ CAPES-PRINT: Projeto Institucional de Internacionalização da CAPES com o objetivo de estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acessado em 23.03.2022

³⁶ Informação disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao#tecnologia>. Acessado em 02.03.2022

geotécnica. O público alvo desse programa são os engenheiros civis, os engenheiros de minas, os geólogos e os profissionais de áreas afins.³⁷

As áreas de atuação do programa em Geotecnia são as seguintes: fundações e ensaios de campo; geologia de engenharia; geotecnia aplicada à mineração; geossintéticos em geotecnia e meio ambiente; geotecnia ambiental e aterros sanitários; geotecnia de solos tropicais; mecânicas das rochas; ; melhorias, estabilização e reforço dos solos; métodos numéricos em geotecnia; obras de terra e enrocamento; obras subterrâneas; pavimentação; transporte de contaminantes e remediação ambiental; cartografia geotécnica e geoprocessamento; e geomecânica de reservatórios. .³⁸

O PPG em Geotecnia obteve o conceito de qualidade 6 da CAPES na avaliação quadrienal de 2017, e mantido esse padrão de qualidade nas últimas seis avaliações. A Comissão de Avaliação da CAPES destacou que o programa em Geotecnia “possui todos os indicadores considerados na avaliação como Muito Bons”. Ademais, foi relatado na ficha de avaliação os prêmios recebidos pelo PPG e a sua reconhecida inserção nacional e internacional, com intercâmbio com vários países das Américas, Ásia e Europa.³⁹

No que tange ao financiamento do PPG em Geotecnia, o programa não foi beneficiado com recursos dos programas PROAP e PNPD durante o período de 2014 a 2017. Ademais, a Coordenadora do programa nos relatou que só possui informações acerca do financiamento do programa PROEX percebidos nos anos de 2020 e 2021, pois iniciou sua gestão em 2020, os quais somam um valor total de R\$ 268.524,00 (duzentos e sessenta e oito mil reais, quinhentos e vinte e quatro reais).

A pesquisa do PPG em Geotecnia foi respondida pela Professora Doutora Michéle Dal Toé Casagrande, coordenadora do programa, cujas respostas são:

1. A partir dos recursos financeiros dos programas CAPES (PROAP/PNPD/PROEX) você consegue perceber alguma relação desse financiamento obtido pelo Programa de Pós-Graduação em Geotecnia com o resultado da avaliação quadrienal da qualidade realizada pela CAPES?

³⁷ Informação disponível em: <https://www.geotecnia.unb.br/index.php/pt/quem-somos/ppgee-apresentacao>. Acessado em: 02.03.2022

³⁸ Informação disponível em: <https://www.geotecnia.unb.br/index.php/pt/quem-somos/areas-de-atuacao>. Acessado em: 02.03.2022

³⁹ Informação disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/viewPreenchimentoFicha.xhtml?idFicha=5356&popup=true>. Acessado em 02.03.2022

O PPGGeotecnia é nota 6, então recebe PROEX, que é muito útil no desenvolvimento das pesquisas e publicação de artigos e isso se reflete positivamente nos resultados de avaliação quadrienal da Capes.

2. Quais foram as ações realizadas por esse PPG que podem ter contribuído para a evolução e/ou manutenção do conceito de avaliação da qualidade realizada pela CAPES?

A FT elaborou resoluções de publicações em periódicos qualificados, para alunos de doutorado (para poderem defender devem ter o aceite ou a publicação em periódico de A1 a B2) e para os docentes credenciados no PPGG, onde quando o índice mínimo de publicações em periódicos A1 a B2 não for atendido, nos últimos 4 anos, o docente é descredenciado do Programa de Pós-Graduação. Estas resoluções causaram impacto positivo na avaliação quadrienal da Capes, para manutenção do conceito 6, representando maior qualidade das pesquisas desenvolvidas.

Quanto à percepção da entrevista do PPG em Geotecnia entendemos que os recursos do PROEX foram fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas e publicação de artigos, o que contribuiu positivamente nos resultados da avaliação quadrienal da CAPES.

Em relação às ações que podem ter contribuído para a melhora do conceito de qualidade da CAPES, é notório que as ações realizadas pela Faculdade de Tecnologia (FT), faculdade que o PPG em Geotecnia é vinculado, trouxeram maior qualidade às pesquisas desenvolvidas, o que causou um bom resultado na avaliação quadrienal da CAPES e conseqüentemente a manutenção do conceito de excelência do programa.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, da área de conhecimento interdisciplinar⁴⁰, foi criado em 1995 com o curso de doutorado, e em 1998 iniciou o curso de mestrado. O programa tem o objetivo promover a ética da sustentabilidade, a produção de novos conhecimentos e a formação qualificada. Sua principal finalidade é fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão por meio da sustentabilidade.⁴¹

O programa atua em três linhas de pesquisa: (1) políticas públicas, cultura e sustentabilidade; (2) tecnologia, consumo e sustentabilidade; e (3) território, meio ambiente e sociedade.

⁴⁰ Informação disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao#interdisciplinar>. Acessado em 02.03.2022

⁴¹ Informação disponível em: http://cds.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=37&Itemid=672. Acessado em 02.03.2022

Referente ao financiamento do PPG em Desenvolvimento Sustentável, o programa não foi beneficiado com recursos dos programas PROAP e PNPD durante o período de 2014 a 2017. Ademais, o Coordenador do programa nos relatou que só possui informações acerca do financiamento do programa PROEX percebidos a partir de 2020, sendo uma média anual de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) a partir desse período.

A pesquisa do PPG em Desenvolvimento Sustentável foi respondida, através de chamada de vídeo, pelo Professor Doutor José Luiz de Andrade Franco, coordenador do programa, conforme depoimento a seguir:

1. A partir desses recursos financeiros (PROAP/PNPD/PROEX) você consegue perceber alguma relação desse financiamento obtido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável com a avaliação quadrienal da qualidade realizada pela CAPES?
 Relação direta do financiamento com a manutenção da qualidade, pois sem dinheiro não tem como fazer pesquisa.
 Trabalho de Campo e publicações internacionais são incentivados através do PROEX.
 Diárias, publicações, trabalho de campo com o recurso PROEX, o que facilita muito o desenvolvimento do trabalho e a qualidade da pesquisa.
 Com o financiamento pode-se fomentar a pesquisa de qualidade.
 Programa de Excelência facilita um pouco porque tem maior recurso.
2. Quais foram as ações realizadas por esse PPG que podem ter contribuído para a evolução e/ou manutenção do conceito de avaliação da qualidade realizada pela CAPES?
 Falta clareza sobre os critérios de avaliação da CAPES porque não se sabe onde investir o financiamento de modo que as melhorias reflitam na avaliação da qualidade. Critérios cada vez menos transparentes.
 Momento de insegurança em relação aos recursos. Não tem como fazer planejamento sem saber as métricas.

Quanto à resposta acerca da relação do financiamento com a avaliação da qualidade, o professor José Luiz Franco relata que existe uma relação direta do recurso financeiro com a manutenção da qualidade do programa, e ainda destaca que os Programas de Excelência (com notas 6 e 7) tem uma possibilidade maior de fomentar pesquisas de qualidades, uma vez que recebem mais recursos que os PPGs com conceitos 3, 4 ou 5.

Em referência às ações realizadas pelo PPG em Desenvolvimento Sustentável que podem ter contribuído para melhora do conceito de avaliação da qualidade, o professor José Luiz Franco não descreveu detalhadamente, porém, pelo seu depoimento, podemos inferir que o recurso do programa PROEX colaborou com o desenvolvimento do trabalho e a qualidade da pesquisa, gerando a manutenção do conceito de excelência do programa.

Portanto, com base nos retornos que obtivemos dos PPGs selecionados para análise desta pesquisa (Design, Saúde Animal, Química, Geotecnia e Desenvolvimento

Sustentável), pode-se perceber a relação da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com o respectivo financiamento, sendo perceptível que quanto maior o recurso financeiro, melhores são as possibilidades de fomento à pesquisa de qualidade, fato que contribui para a manutenção e/ou melhora do conceito de qualidade do programa.

Além do mais, resta claro que o financiamento pode interferir na qualidade da educação ofertada pelos PPGs, posto que as pesquisas realizadas na pós-graduação necessitem de suporte financeiro, sendo que alguns objetos de pesquisa não podem ser estudados sem o devido financiamento. E alguns programas demandam maior recurso que outros, pois, a depender da área do conhecimento, é realizada manutenção periódica de laboratórios, experimentação, ou saída de campo, como é o caso, por exemplo, dos PPGs em Química e Desenvolvimento Sustentável.

Para terminar, faz-se oportuno ressaltar que é explícito que o recurso financeiro é importante e fundamental para o desenvolvimento e melhora da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB, e conseqüentemente para o progresso da ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como propósito verificar a relação dos recursos financeiros direcionados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com a avaliação quadrienal da qualidade desses programas, realizada pela CAPES no ano de 2017.

Para melhor análise, o critério de seleção se deu por conceito de avaliação (conceitos de 3 a 7) e área de conhecimento, e conforme se obtinha as respostas dos programas. Os PPGs selecionados foram os seguintes: PPG em Design, da área de conhecimento em Ciências Humanas e Sociais, avaliado com conceito 3 no curso de mestrado; PPG em Saúde Animal, da área de conhecimento em Ciências Agrárias e Florestais, pontuado com conceito 4 nos cursos de mestrado e doutorado; PPG em Química, da área de conhecimento em Ciências Exatas, conceituado com nota 5 nos cursos de mestrado e doutorado; PPG em Geotecnia, da área de conhecimento em Tecnologia, avaliado com conceito 6 nos cursos de mestrado e doutorado; e PPG em Desenvolvimento Sustentável, da área de conhecimento Interdisciplinar, que obteve conceito 7 nos cursos de mestrado e doutorado.

Dessa forma, com base no exame das fichas de avaliação e nos retornos que obtivemos dos Programas de Pós-Graduação (Design, Saúde Animal, Química, Geotecnia e Desenvolvimento Sustentável), é possível verificar a relação dos recursos financeiros dos PPGs com a respectiva avaliação da qualidade, sendo compreendido como resultado deste estudo que o orçamento oportuniza atividades de fomento à pesquisa que geram manutenção e/ou melhora do conceito de avaliação da qualidade do programa de pós-graduação.

Em todos os PPGs analisados pode-se perceber que os recursos financeiros obtidos através dos programas PROAP, PNPD e PROEX são de suma importância para a realização de ações voltadas à produção intelectual de maior qualidade, capacitação do corpo docente, inserção social, e demais atividades que podem contribuir para o alcance dos conceitos de excelência (conceitos 6 e 7).

Ademais, a partir das respostas obtidas dos PPGs, resta claro que os cinco programas analisados realizam ações como: incentivo à publicações internacionais; exigência de que docentes credenciados nos PPGs realizem publicações em periódicos com qualis entre A1 e B2; valorização das ações de transferência de tecnologia e inovação; utilização dos recursos financeiros para o fomento às publicações, em livros e periódicos, dos discentes e docentes, além de auxiliar a inscrição em eventos de pesquisa;

cujo objetivo é contribuir para a evolução do conceito de avaliação da qualidade do programa.

Assim, este estudo deixa explícito a necessidade dos recursos financeiros no desenvolvimento de ações de fomento à participação em eventos de pesquisa nacionais e internacionais e publicações em periódicos (ranqueados pela CAPES), por exemplo, para que os programas com conceitos 3 a 6 alcancem conceitos superiores na avaliação quadrienal da CAPES, e os programas com conceito 7 mantenham o conceito de excelência.

Sugere-se, ainda, que novos estudos sobre o tema sejam realizados, a partir dos critérios de avaliação da CAPES, de modo a contribuir para que os programas de pós-graduação da UnB alcancem conceitos superiores a cada avaliação da CAPES.

Para terminar, diante das informações analisadas nos cinco PPGs (Design, Saúde Animal, Química, Geotecnia e Desenvolvimento Sustentável), foi elaborada uma nota técnica a ser apresentada ao Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, com sugestões de ações a serem implementadas nos programas de pós-graduação a fim de contribuir para a progressão dos conceitos de avaliação da qualidade. Essas sugestões não são absolutas, pois os critérios de avaliação da Capes estão em constante atualização, visando à melhoria da qualidade da pós-graduação no país.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. R.; CÂMARA, L. M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49(1), p. 73-90, jan/fev. 2015.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, nº 2, p. 351-376, 2014.

AMARAL, N° C. **A Vinculação Avaliação/Financiamento da Educação Superior Brasileira**. Impulso, Piracicaba, v. 16, nº40, p. 81-91, 2005.

AMARAL, N° C. **Autonomia e Financiamento das IFES: Desafio e Ações**. Avaliação, (Campinas), Sorocaba, v. 13, nº 3, p. 647-680, nov. 2008.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. **Para desatar os nós da educação: uma nova agenda**. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2019. <encurtador.com.br/dewZ0>.

AZEVEDO, M. L. N° de, & Oliveira, J. F. de. (2019). **Internacionalização da educação superior e avaliação da qualidade da pós-graduação: riscos e perspectivas no Brasil e no Reino Unido**. EccoS – Revista Científica, 51, e15166. <https://doi.org/10.5585/eccos.n51.15166>

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei nº 4.320/1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm

BRASIL. Parecer nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. CFE - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Câmara do Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação**, nº30, p. 162 – 173.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. **Portaria nº 34, de 30 de maio de 2006.** CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Regulamento do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01122017-regulamento-do-proex-2017-versao-final-compilada-pdf>

BRASIL. **Portaria nº 64, de 24 de março de 2010.** CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Regulamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/regulamento-proap-portaria64-240310-pdf>

BRASIL. **Portaria nº 86, de 03 de julho de 2013.** CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/portaria-86-2013-regulamento-pnpd-pdf>

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005

BRASIL. **Portaria nº 59, de 22 de março de 2017.** CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20126827/do1-2017-03-27-portaria-n-59-de-22-de-marco-de-2017-20126667

BRAY, Mark. **A pesquisa acadêmica e o campo da educação comparada.** In ADAMSON, Bob; BRAY; MASON, Mark. Pesquisa em educação comparada: abordagens e métodos. Brasília: Liber Livros, 2015b.

CABRITO, B. G. (2009). **Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?** Cadernos CEDES, 29(78), 178–200. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200003>.

CAMPOS, I.M.B.M. **Gasto Público com as Universidades Federais: uma análise do processo decisório no MEC – 1995-2010.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. 2015.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020** Vol. 1. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício Circular nº 5/2017-CDS/CGSI/DPB/CAPES - 10 de fevereiro de 2017.** Anexo 01 – Metodologia para Definição dos Valores Concedidos – PROAP e PNPD/CAPES.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Avaliação Quadrienal da Pós-Graduação 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao>

CHRISTOPHE, M.; ELACQUA, G.; MARTINEZ, M.; OLIVEIRA, J.B.A. **Educação baseada em evidências**: como saber o que funciona em educação. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/ntABN>.

CORBUCCI, P.R.; MARQUES, P.M. **Fontes de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior**: um estudo sobre a Universidade de Brasília. IPEA. Brasília, DF. 2003. (Texto para Discussão nº 999)

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009)**: do provão ao SINAES. Avaliação, Campinas; Sorocaba-SP, v.15, nº1, p.195-224, mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011>

DOOLEY, L. M. (2002). **Case Study Research and Theory Building**. Advances in Developing Human Resources(4), 335-354.

FEIJÓ, Paulo Henrique.; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de.; RIBEIRO, Carlos Eduardo.; **Entendendo a CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA Aplicada ao Setor Público**. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2015.

FILHO, M.L. **Gestão Pública Contemporânea**: O Modelo de Gestão da Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília, p. 59-61. 2016.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório da OCDE – Repensando a garantia de qualidade para o Ensino Superior no Brasil**. Edição 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/ocde/Repensando_a_Garantia_de_Qualidade_para_o_Ensino_Superior_no_Brasil_PT.pdf

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNANDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M.D.P. **Metodologia de Pesquisa**. McGraw-Hill: Porto Alegre. 5ª. Edição, 2013.

JANUZZI, P. de M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

KUNZ, Sidelmar Alves da Silva; TATAGIBA, Alessandro Borges; CASTIONI, Remi. **Afinal, como definir a qualidade na educação?**. Tópicos Educacionais, Recife, v. 23, nº 1, p. 179-201, jan/junº 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/0000-0002-0793-1946>.

LOPES, R.V.Nº **Qualidade da educação municipal**: concepções e indicadores no Sistema de Educação de Miracema-TO. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. 2017.

MANARA, M. E. et al. **A importância do Orçamento Público**: Estudo de Caso do Município de Pinto Bandeira. In: XVII Mostra de Iniciação Científica. UCS , v. 6, p. 1-15,2017.

MEC – Ministério da Educação. **Cálculo Do Aluno Equivalente para fins de Análise de Custos de Manutenção das IFES**. Brasília, fev. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/calculo_aluno_equivalente_orcamento_2005.pdf

MELO, M.L.S. **Internacionalização em casa: oportunidades e desafios em programas de pós-graduação da UnB**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, p. 50-58. 2020.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação**. - EduSer-Revista de educação, Vol.2,2010.

OLIVEIRA, M. S. de. **Orçamento em Instituições Federais de Ensino Superior**: Proposta de matriz orçamentária associada aos elementos da qualidade. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Goiás, p. 22-27, 37-46. 2019.

REAL, G.C.M. **A qualidade revelada na educação superior**: impactos da política de avaliação no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2007.

SCHWARTZMAN, Jacques. **Um sistema de indicadores para as Universidades brasileiras**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior - NUPES/USP – Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9405.pdf>

SOSTMEIER, Patrícia de. **Planejamento e Aplicação do Orçamento no Governo Municipal**, Sapiranga/RS 2012.

TEIXEIRA, Anísio, RAMOS, Jairo e CARDOSO, Fernando Henrique. **Universidade de Brasília**. Anhembi. São Paulo, v.11, nº128, jul. 1961. p.259-267. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/Visita_Guiada/p7a11.htm

UNESCO. **Tendências da educação superior para o século XXI**: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, anais, Paris, 5-9 out. 1998. Brasília:UNESCO: CRUB: MEC: CAPES, 1998.

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília – 1962**. Disponível em: http://dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/ate1979/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962.pdf

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2017)**. Decanato de Planejamento e Orçamento - 2014. Disponível em: http://dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/planodesenvinstitucional/PDI_2014-2017.pdf.

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão 2016**. Decanato de Planejamento e Orçamento – 2017. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatorio-de-Gesto-2016.pdf>

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão 2017**. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – 2018. Disponível em: http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=816

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022)**. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional - 2019. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/planodesenvinstitucional/PDI_2018-2022_-_VAtualizada.pdf

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Anuário Estatístico 2019. **Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – 2019**. Disponível em: http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:apresentacao-anuario-estatistico&catid=198:anuario-estatistico-2019&Itemid=896

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão 2020. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – 2021**. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/images/dpl/Relatorio_de_Gesto_2020.pdf

UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Orçamento e Indicadores da UnB. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional**. Disponível em: http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=37&Itemid=876.

Acessado em 04.09.2021

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevistas

Caro Coordenador do Programa de Pós-Graduação,

Sou Emelle Rodrigues Novais Cruz, Técnica-Administrativa da UnB, lotada no DGP, mestranda do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UnB, orientada pela Professora Dr^a Adriana Almeida Sales de Melo.

Meu objeto de pesquisa é verificar qual é a relação dos recursos financeiros recebidos pelos Programas de pós-graduação da UnB com a avaliação quadrienal da CAPES (realizada em 2017) sobre a qualidade dos programas.

Nesse sentido, gostaria de contar com a sua colaboração com algumas informações importantes sobre o Programa de Pós-Graduação coordenado pelo(a) senhor(a):

- 1) A partir desses recursos financeiros (PROAP,PNPD e/ou PROEX) você consegue perceber alguma relação desse financiamento obtido com o resultado da avaliação quadrienal da qualidade realizada pela CAPES?

- 2) Quais foram as ações realizadas por esse PPG que podem ter contribuído para a evolução e/ou manutenção do conceito de avaliação da qualidade realizada pela CAPES?

APÊNDICE 1 – Nota Técnica

Nota Técnica: sugestões para ações de melhoria da qualidade dos Programas de Pós-Graduação da Universidade de Brasília

Este estudo teve início no interesse da pesquisadora em compreender a relação dos recursos financeiros com a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília, de modo que as ações realizadas pelos programas possam contribuir para a melhoria da avaliação da qualidade e consequentemente obterem mais oportunidades de financiamento.

Nesse sentido, para entender esse cenário, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação dos recursos financeiros direcionados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília com o resultado da avaliação da qualidade desses programas?

A pesquisa teve como objetivo principal verificar a relação do orçamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB com o resultado das respectivas avaliações quadrienais da qualidade dos programas realizada pela CAPES, no ano de 2017. Assim, partindo desse ponto de vista, o estudo foi conduzido a partir de quatro objetivos específicos: (1) apresentar as características da qualidade da educação superior e como os indicadores de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* são utilizados e seus respectivos critérios; (2) discutir, com foco na UnB, o que é o orçamento público e as fontes de financiamento da educação superior, notadamente o orçamento da UnB e o recurso financeiro da Pós-Graduação *stricto sensu* da UnB; (3) compreender a relação dos recursos financeiros com o resultado da avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB; e (4) elaborar uma nota técnica com sugestões de melhorias que possam contribuir para a evolução do conceito de avaliação da qualidade dos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB.

Atualmente, a UnB possui 162 (cento e sessenta e dois) cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento, desse modo, para melhor análise, selecionamos cinco programas de pós-graduação para esta pesquisa, sendo utilizado o critério de seleção por conceito de avaliação (conceitos de 3 a 7) e área de conhecimento, e conforme se obtinha as respostas dos programas. Os PPGs selecionados foram os seguintes: PPG em Design, da área de conhecimento em Ciências Humanas e Sociais, avaliado com conceito 3 no curso de mestrado; PPG em Saúde Animal, da área de conhecimento em Ciências Agrárias e Florestais, pontuado com conceito 4 nos cursos de mestrado e doutorado; PPG

em Química, da área de conhecimento em Ciências Exatas, conceituado com nota 5 nos cursos de mestrado e doutorado; PPG em Geotecnia, da área de conhecimento em Tecnologia, avaliado com conceito 6 nos cursos de mestrado e doutorado; e PPG em Desenvolvimento Sustentável, da área de conhecimento Interdisciplinar, que obteve conceito 7 nos cursos de mestrado e doutorado.

Com base em Hernandez Sampieri (2013), essa pesquisa é baseada na metodologia qualitativa, utilizando procedimentos técnicos de estudos de multicasos (cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB), e de pesquisa documental dos resultados da avaliação quadrienal da CAPES, realizada no ano de 2017, e da evolução do financiamento dos PPGs da UnB no período de 2014 a 2017.

Ademais, utilizamos o recurso de entrevistas aos Coordenadores dos respectivos PPGs (conforme roteiro de entrevistas contido no Apêndice 1) a fim de investigar junto aos mesmos a relação dos recursos financeiros com a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação ora selecionados para esse estudo.

A partir da análise das fichas de avaliação e das respostas obtidas pelos Programas de Pós-Graduação da UnB investigados nesta pesquisa (Design, Saúde Animal, Química, Geotecnia e Desenvolvimento Sustentável), pudemos perceber algumas atividades realizadas por esses programas que contribuíram para a melhora e/ou manutenção dos conceitos de avaliação da CAPES.

Bem como é possível verificar a relação dos recursos financeiros dos PPGs com a respectiva avaliação da qualidade, sendo compreendido como resultado deste estudo que o orçamento oportuniza atividades de fomento à pesquisa que geram manutenção e/ou melhora do conceito de avaliação da qualidade do programa de pós-graduação. Além disso, em todos os PPGs estudados pode-se perceber que os recursos financeiros obtidos através dos programas PROAP, PNPd e PROEX são de suma importância para a realização de ações que podem contribuir para o alcance dos conceitos de excelência (conceitos 6 e 7).

Dessa forma, apresentam-se as seguintes sugestões ao Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, com vistas a contribuir para a progressão dos conceitos de avaliação da qualidade dos PPGs da UnB, em futuras avaliações da CAPES:

1. Fomentar a produção intelectual dos docentes e discentes, com aporte financeiro para publicações em periódicos qualificados pela CAPES, preferencialmente editoriais internacionais.

2. Incrementar os projetos de intercâmbio nacionais e internacionais, contemplando integralmente a articulação entre as linhas de pesquisa do programa.
3. Estimular a participação de discentes e docentes em intercâmbios científicos internacionais, fortalecendo as ações de internacionalização.
4. Inserir o programa em ações de pesquisa que causem impactos sociais, econômicos, técnicos, científicos e políticos, colaborando com as melhorias das políticas públicas.
5. Atualizar os processos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos docentes do programa, a partir das métricas utilizadas pela CAPES.
6. Valorizar as ações de transferência de tecnologia e inovação, com base nas novas diretrizes da CAPES (Avaliação Quadrienal 2017-2021).
7. Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica, através, por exemplo, do programa CAPES-PrInt.
8. Estabelecer um índice mínimo de publicações em periódicos com qualis entre A1 e B2 para os docentes credenciados do programa.
9. Instituir a obrigatoriedade de submissão de artigo, até a data da defesa, em revista que atenda aos critérios da avaliação de periódicos da CAPES para o quadriênio corrente (definir o nível do qualis conforme o curso), como um dos requisitos para o título de mestre ou doutor.
10. Constituir, quando for o caso, laboratórios e/ou equipamentos multiusuários para serventia de diversos programas de pós-graduação, com vistas à otimização dos recursos financeiros.
11. Desenvolver um plano de desenvolvimento estratégico para o programa com base em critérios de excelência acadêmica internacional.
12. Acompanhar a trajetória dos egressos nas suas áreas de atuação e na inserção social de suas linhas de pesquisa, o que pode viabilizar parcerias, nacionais e internacionais, entre programas de pós-graduação e grupos de pesquisa.

13. Incentivar a criação de convênios com instituições estrangeiras a fim de fortalecer as ações de internacionalização.